Novembro/Dezembro 1981
Editado pela Fundação Nacional Pró-Memória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - CxP. 04-0150
70.710 — Brasília — DF

SPHAN 15
próMemória

ESPÍRITO SANTO

















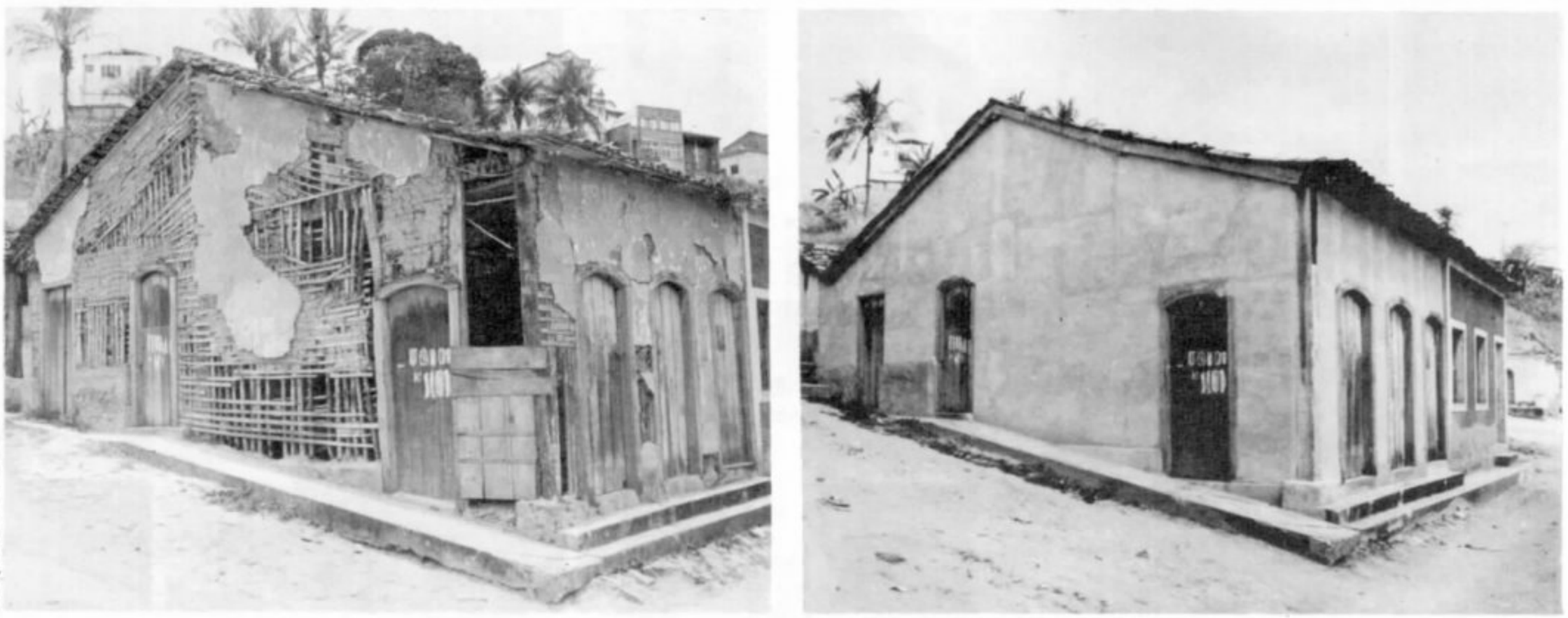
Resgatar a identidade cultural do Estado. Este é, no momento, o desafio que se apresenta aos que lidam com a problemática cultural no Espírito Santo. Um trabalho gigantesco, porque demanda uma compreensão e valorização internas do processo cultural do Espírito Santo, Estado que, por força de um isolamento histórico, é um *grande caldeirão vivo* das forças mais expressivas que formaram a nacionalidade brasileira.

Fotos: Rômulo Andrade - Rogério Medeiros

SÃO MATEUS

Porto tem casario consolidado

Lira Mateense ocupa a primeira casa restaurada



Arquivo SPHAN

Os imóveis do Porto de São Mateus passaram por total consolidação.

Caso as chuvas que caem em todo o Estado nesta época não atrasarem ainda mais o andamento das obras, o Departamento Estadual de Cultura do Governo do Espírito Santo – DEC vai entregar no início do próximo ano, totalmente restaurada, a primeira das 33 casas do Porto de São Mateus, tombadas em 1976 pelo Conselho Estadual de Cultura daquela unidade da Federação. Os trabalhos estão sendo executados diretamente pelo DEC, através de convênio que mantém com a SPHAN/Pró-Memória (SPHAN nº 6, pág. 7/nº 10, pág. 15). O imóvel será entregue à Lira Mateense, como símbolo e – novamente – como parte ativa e habitável dentro da sociedade.

Através de trabalhos realizados desde abril, todas as 33 casas foram consolidadas. No início do ano, quando o DEC retomou as obras – estas tiveram início em 1979, mas foram paralisadas, devido a problemas para desocupação dos prédios, que estão sendo desapropriados pela Prefeitura de São Mateus –, a situação de quase todos os imóveis era crítica. Muitos deles encontravam-se em tal estado de deterioração que o simples escoramento não era possível. Nestas casas foi executado um serviço maior, como demolição e reconstrução de paredes, reforços em concreto armado, recuperação de telhados, etc. Outros prédios, pelo melhor estado de conservação ou por já terem suas restaurações programadas, exigiram apenas trabalhos de emergência, como escoramento e recuperação de telhado, a fim de evitar infiltrações. Na consolidação, o DEC visou a eficiência da interferência a médio prazo, associada à necessidade de baixo custo, por se tratar de trabalho provisório, até que seja possível a restauração definitiva.

A equipe do Departamento do Governo capixaba responsável pelas obras no Porto de São Mateus já tem prontos mais de três projetos de restauração, que serão encaminhados em breve à SPHAN/Pró-Memória para apreciação e liberação de recursos dentro do convênio firmado entre os dois órgãos – uma das casas a serem recuperadas servirá de sede ao Centro de Cultura Negra, entidade criada recentemente pelos membros de grupos culturais do Município; outra será residência (pavimento superior) e loja (térreo), funções desempenhadas pela maior parte do casario quando o Porto era ativo economicamente; e um terceiro imóvel sediará uma escola de primeiro grau para a comunidade local.

PRESERVAÇÃO

O Porto de São Mateus já foi um dos mais importantes fatores econômicos do Espírito Santo e hoje, com seu casario, representa a preservação da cultura capixaba.

"Já existe no país um consenso de que restauração é preservação não só de uma área imóvel, mas todo o cuidado com seu bem cultural, com seu bem geral. Preservação hoje está mais ligada à melhoria de vida, à condição de vida do que a fatores estéticos. Deixou de ser uma abstração, para tornar-se uma forma de enfrentar a grande realidade de país subdesenvolvido" (Orlando Bomfim, Diretor Geral do DEC).

Isto significa que a restauração das 33 casas existentes no Porto de São Mateus representa não apenas a manifestação cultural do povo mateense – sempre consciente de sua importância na história cultural do Estado – como também o início da certeza de que o povo capixaba é capaz de preservar condignamente sua cultura e suas riquezas patrimoniais.

Novembro/Dezembro 1981

SPHAN 15
*pró*Memória

No Centro de Cultura Negra, a preservação dos autênticos valores mateenses



Rogério Medeiros

Com a existência no passado de três grandes quilombos – o de Benedito Meia Légua, Nêgo Laudêncio e Bela Vista – a região do Vale do rio Cricaré, Porto de São Mateus, apresenta grande evidência de manifestações da memória popular: uma série de cantos, danças e folguedos, tradições ameaçadas de extinção devido às profundas transformações econômicas pelas quais vem passando o Estado do Espírito Santo, a partir da década de 50. O desmatamento da Floresta Atlântica, as migrações, a grilagem e instalação de latifúndios em terras que pertenceram aos negros têm contribuído para isto, aliado ao desinteresse de órgãos oficiais de cultura, até então.

Para documentar e preservar este acervo vivo das tradições do Vale do Cricaré, um grupo de pessoas, preocupadas com o destino dos valores autênticos da região, se reuniu por iniciativa própria e criou o Centro de Cultura Negra, resultado concreto de três anos de lutas. O Centro terá sua sede própria no próximo ano, em uma das casas do Porto de São Mateus, sítio histórico da maior importância para a formação do atual Estado do Espírito Santo.

O Centro realiza anualmente, no final de janeiro, o Festival de Verão, tendo como palco o Porto de São Mateus, no qual se fazem presentes artistas e animadores culturais de outros Estados. O Centro está em atividade permanente, promovendo encontros de cantadores e repentistas, violeiros e artesãos, os poetas nativos, autênticos representantes da cultura popular local. Os idealizadores do Centro têm claro a abrangência do conceito do "bem cultural", entendido não apenas como os monumentos históricos, mas tudo o que é característico do fazer do Homem, como o ressaltou Mário de Andrade. Dessa forma, é um "bem cultural" o conjunto dos traços autênticos das etnias que constituíram o povo brasileiro, suas lendas e tradições.

Também a Festa de São Benedito e o Ciclo Natalino são incentivados e valorizados pelo Centro de Cultura Negra, que não pretende ser um gueto, mas um núcleo vivo de preservação da memória popular, nas palavras de um dos seus idealizadores, o jornalista, historiador e poeta Maciel di Aguiar, nascido na região. Maciel abandonou o trabalho em um dos jornais do Rio de Janeiro e fixou residência em São Mateus, onde vem desenvolvendo uma série de pesquisas sobre a história da região, com o apoio do Departamento Estadual de Cultura – DEC.

"O Centro de Cultura Negra – diz Maciel – está empenhado num trabalho de resistência contra as influências descaracterizadoras dos meios de comunicação, que não pedem licença para invadir as nossas casas, impondo padrões e valores estabelecidos pela classe dominante. A idéia é preservar as manifetações autênticas da cultura popular do chamado colonialismo cultural".

"Nem tudo o que é bom vem da Metrópole", este lema sintetiza o espírito do Centro, que, apesar da carência de recursos, vem se transformando no esteio da resistência da cultura popular em São Mateus, graças ao amor e abnegação de alguns estudiosos e da própria comunidade.

"Não fosse a perseverança e o trabalho deste núcleo de pessoas, frente ao desinteresse das entidades oficiais, muita coisa já se teria perdido, como já ocorreu e vem ocorrendo em outras regiões do Brasil", conclui Maciel.

MANIFESTAÇÕES

A cultura negra é presença marcante em toda a região de São Mateus. Entre as manifestações dessa cultura estão a Marujada, o Baile de Congo e o Ticumbi, o Terno de Reis, o Barabandi, autos e danças que contam as recordações dos sofrimentos e glórias dos negros (príncipes e cidadãos) que vieram com os navegantes portugueses, roubados de suas famílias e nações de origem.

A Marujada, em linguagem quinhentista, conta os grandes descobrimentos, as histórias ouvidas nas galés dos navios, com intensa dramaticidade e lirismo; o Baile de Congo é uma encenação de uma luta simbólica entre duas nações africanas, em que o *Reis de Bamba* e o *Reis de Congo*, juntamente com seus súditos, se confrontam numa homenagem a São Benedito, santo guerreiro e padroeiro dos negros desde os tempos coloniais; o Barabandi é um código de fuga, can-

tado na língua original. – o bantu. Trata-se de um folguedo criado sabiamente como estratégia para organização e transmissão de informações entre os escravos.

Todos os folguedos são transmitidos oralmente através das gerações que, apesar de tudo, ainda conservam uma mentalidade marcada pela vivência nos quilombos e são capazes de recordar sua origem nas diversas nações africanas: Benguela, Angola, Gegê, Nagô, Moçambique, Cabinda e outras.

Apogeu e decadência de um sítio histórico

A história de São Mateus, que este ano completou 437 anos, teve início em 1544, quanto o navio português "Olinda", fugindo dos freqüentes ataques indígenas à sede da Capitania do Espírito Santo, subiu o rio Cricaré e aportou em sua margem, na encosta de um planalto. Ali, os portugueses fundaram uma aldeia, constantemente atacada pelos Aymorés, que reclamavam os seus domínios.

Anos mais tarde, o Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, enviou cerca de 200 homens, comandados pelo seu filho, Fernão de Sá, para defender a pequena população portuguesa das investidas dos Aymorés. Ao entrar no Cricaré, Fernão de Sá atacou os indígenas em duas arremetidas, mas, na terceira, abandonado pelos liderados morreu com uma flechada no pescoço.

Em seguida, o próprio Governador Geral, à frente de uma esquadra com dois mil homens, promoveu a "matança dos Aymorés", no que constituiu a primeira vitória de Mem de Sá em terras brasileiras, descrita depois por padre José de Anchieta num poema épico que ressalta a bravura de Fernão e a resistência dos índios por sua terra.

Passados os anos, José de Anchieta chegou à Aldeia do Cricaré, trazido pela Companhia de Jesus, num 21 de setembro de 1583, celebrando com missa o Dia do Evangelista e denominando, oficialmente, aquele sítio como Aldeia de São Mateus.

A fama da riqueza e prosperidade da terra chegou à Europa, e com as inúmeras famílias chegavam artistas, nobres e arquitetos para edificar os velhos sobrados de antanho, com suas paredes de estuque (pau-a-pique de amarrar), que se apinhavam pelas ruas e becos apertados. A Aldeia de São Mateus passou a interessar aos maiores comerciantes portugueses.

No dia 15 de setembro de 1764 a aldeia foi elevada à categoria de Vila. Isto ocorreu depois de o ouvidor da Capitania de Porto Seguro (Bahia), Thomé Couseiro de Abreu, num gesto aventureiro e de reconhecimento, invadir os limites com a Capitania do Espírito Santo. O gesto deixou em pânico esta Capitania e, sobretudo, a Vila de Vitória que até então usufruia dos proventos vindos de São Mateus.

A Bahia dominou por 45 anos a mais próspera Vila desde o Rio de Janeiro a Salvador; foi quando São Mateus absorveu as crenças populares, a medicina empírica, mágica e religiosa, os hábitos e os costumes do povo baiano. Nos porões dos sobrados coloniais surgiram os terreiros de Candomblé, escolas de capoeira da Angola, os movimentos abolicionistas.

Em 1800, com a Capitania do Espírito Santo em ruínas, a população de Vila Velha exigiu que São Mateus voltasse a pertencer aos seus antigos domínios. Nesta época, a antiga Aldeia à margem do Cricaré vivia sua fase mais importante do primeiro Ciclo da Farinha, aparecendo, em decorrência dessa força econômica, o Baronato com os Barões dos Aymorés e Timbohy. No dia 10 de agosto de 1823, José Bonifácio baixou aviso reconhecendo o território como espírito-santense. A 3 de abril de 1848 São Mateus foi elevada à categoria de Cidade, desfrutando do maior prestígio político que se registrou na história do Espírito Santo.

Foi na fase do Baronato de 1810 até o fim do Ciclo do Café, em 1870, que surgiram no Porto de São Mateus, os sobrados com mirantes, pátios internos, telhas canal, grades de ferro trabalhado. A partir de 1870, com os movimentos abolicionistas, a burguesia mateense começou a sofrer a primeira crise econômica, com os ne-



Rômulo Andrade

gros fugindo para os quilombos da região do Alto Sertão ou Sapê Seco. Faltava a mão-de-obra para a produção da mandioca e do café e, conseqüentemente, o comércio ficou bastante reduzido, fazendo com que não mais surgissem edificações nas proporções das anteriores.

Com a chegada do século XX, São Mateus encontra no Ciclo da Madeira a saída para a crise. As espécies raras da Floresta Atlântica começaram a ser exportadas e novamente o Porto passou a desfrutar do antigo prestígio econômico-sócio-cultural do século passado. No entanto, os anos trinta esgotaram as possibilidades de sua evolução, pois a floresta já demonstrava visíveis sinais de extinção. Tem início, então, a decadência da cidade.

As primeiras tentativas para bloquear essa fase foram feitas pelos grandes comerciantes situados no Porto, mudando seus estabelecimentos para a Cidade Alta. Surgia, também, a possibilidade de abertura de uma estrada de rodagem ligando São Mateus a Vitória. Neste período surgiram no Porto os célebres e luxuosos cabarés instalados nas antigas residências abandonadas pelas famílias tradicionais e grandes comércios. Por quase meio século (dos anos 40 até 1968), as prostitutas conservaram o sítio histórico do Porto, enquanto a sociedade acreditava numa nova cidade que surgia com a abertura da estrada.

Nos anos 60, São Mateus estava reduzida ao seu velho Porto entregue às prostitutas e à esperança com a exploração do petróleo pela Petrobrás. Outras tentativas foram feitas para salvar a economia da cidade, mas foram sempre infrutíferas, pois as famílias mudavam-se para Vitória ou Rio de Janeiro, fechando comércios, fazendas e clubes. Em 1968, a cidade recebeu uma administração municipal que iria mudar a sua velha fisionomia, mas foi só isso, pois no Porto as prostitutas que conservavam o casario estavam sendo despejadas por ordem de um juiz, que, com isso, lavrava a sentença de morte da própria memória capixaba. De lá para cá, o Porto entrou em franca decadência, os velhos sobrados coloniais entraram em acelerado processo de deterioração. Processo este estancado agora com os trabalhos de consolidação e restauração dos imóveis executados pelo Departamento Estadual de Cultura, através de convênio mantido com a SPHAN/Pró-Memória.

Santa Leopoldina, marco da colonização européia

Uma equipe composta por técnicos do Departamento Estadual de Cultura – DEC e do Instituto Jones dos Santos Neves do Governo do Espírito Santo está procedendo ao levantamento dos bens culturais existentes no Município de Santa Leopoldina, núcleo de colonização européia a 47 quilômetros de Vitória. Os trabalhos integram os objetivos de um convênio a ser firmado entre os dois órgãos com vistas ao cadastramento do acervo cultural do Estado e dão continuidade à ação desenvolvida em 1977, quando foi levantado o acervo arquitetônico da Grande Vitória.

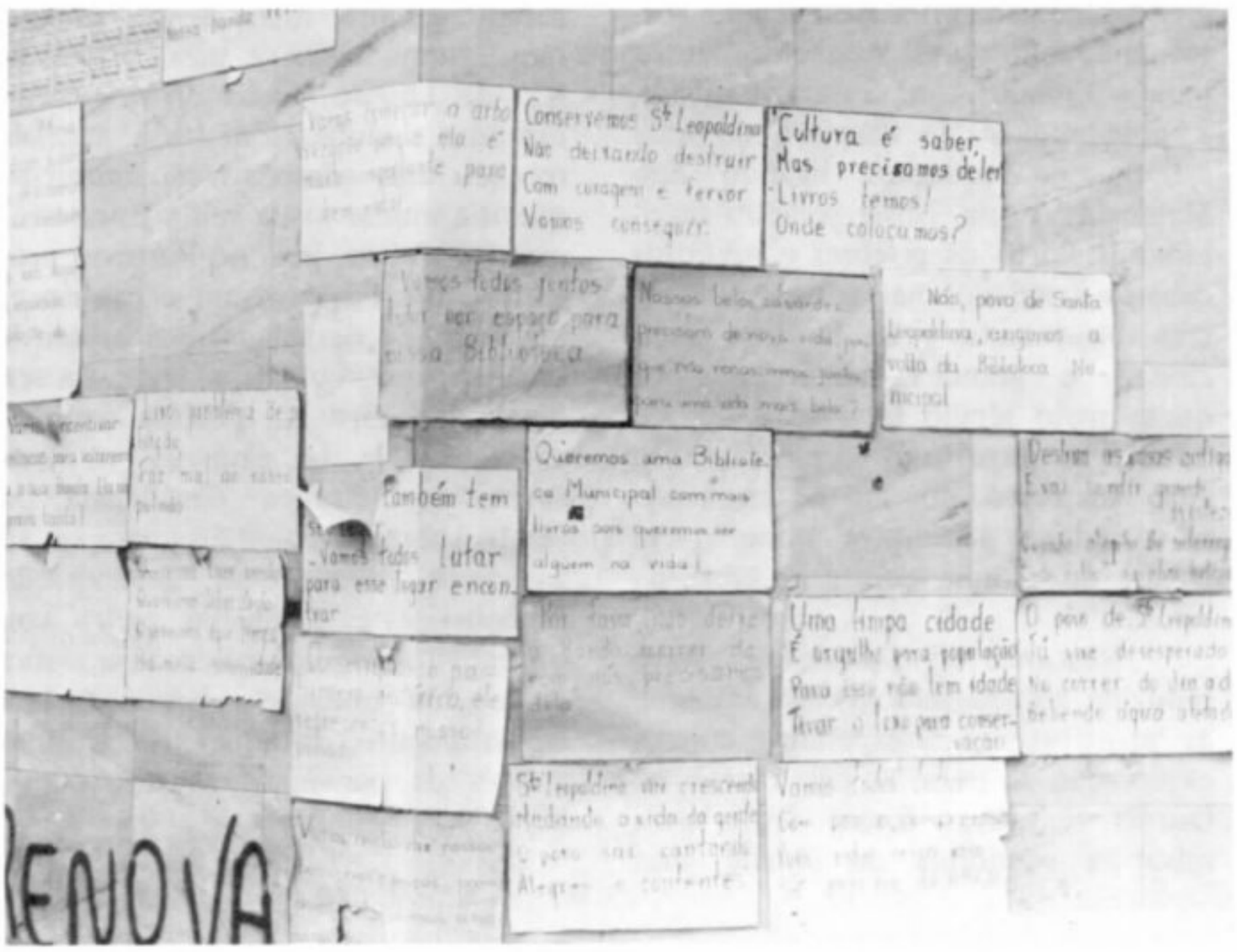
O cadastramento abrangerá tanto o acervo arquitetônico, como também o paisagístico e natural e não vai restringir apenas ao seu simples registro, pretendendo ir mais além na definição do que é importante preservar, de como melhor utilizar o acervo e da opção mais viável de exploração econômica. No caso de Santa Leopoldina, a equipe responsável pelos trabalhos vê no turismo a opção que trará melhores resultados para a região, diante do fácil acesso e, principalmente, do rico acervo histórico-cultural ali existente, além da beleza visual do local.

Em Santa Leopoldina, onde predomina uma população de origem alemã, técnicos ligados ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, estão concluindo estudos visando a um planejamento integrado para o Município. O grupo, composto por arquitetos, engenheiros e sociólogos, está na região desde o início do ano elaborando o documento, com o apoio da comunidade, e vai encaminhá-lo às autoridades municipais, como fonte de subsídios para o desenvolvimento regional.

Como os técnicos do DEC e Instituto Jones, o pessoal do IBAM vê na proposta de utilização turística, calcada fundamentalmente na preservação do conjunto histórico-arquitetônico, bem como no aproveita-



Rômulo Andrade



Rômulo Andrade

mento racional do potencial paisagístico natural, como fórmula viável para reativar a economia da região; isto sem prejuízo das demais atividades econômicas desenvolvidas no Município, de características eminentemente rurais.

O Município possui um patrimônio de grande expressão histórico-cultural. O Distrito-sede dispõe de um conjunto arquitetônico eclético – que deverá ser tombado pelo Estado –, característico da passagem do século, em perfeita sintonia com os padrões europeus da época.

A utilização de materiais importados em suas construções é evidente, sejam peças estruturais (pilares e vigas metálicas), sejam decorativas e de arremate (lambrequins, mãos-francesas, etc.). As fortes influências alemãs na arquitetura local são traduzidas em forma de chalés e pela inclinação de seus telhados, que confere às habitações a aparência nórdica.

Na área rural, a cultura aristocratizante da fase do café deixou registrada na paisagem a sua presença marcante – as grandes casas com padrões excepcionais de refinamento. No povoado de Tirol, Distrito de Mangaraí, encontra-se um conjunto formado pela igreja e "casa dos padres", que assume grande importância no Município, não tanto por sua concepção arquitetônica, mas sobretudo pelo seu significado histórico, uma vez que foi sede da igreja católica no Município.

A população começa a tomar consciência do valor que representa esse patrimônio. Meses atrás promoveu uma passeata pela sede do Município em defesa do acervo da região. Até há pouco tempo essa preocupação estava adormecida, o que permitiu a dilapidação de parte do referido conjunto arquitetônico do Tirol e de outras edificações significativas espalhadas pelos vários Distritos do Município.

Com relação ao potencial natural e paisagístico, o Município é bastante rico, com as suas cachoeiras, montanhas e vales. Destacam-se a "Cachoeira da Fumaça", formada pelo rio Santa Maria, a maior e mais importante do Estado; o "Véu de Noiva" e a Lagoa do rio Bonito. Isto sem falar nas manifestações da cultura popular, cuja maior representatividade encontra-se nas festas típicas.

HISTÓRICO

As bases da colonização de Santa Leopoldina estão sedimentadas na concessão de uma sesmaria ao sargento-mór miliciano, José Cláudio de Souza, que implantou os primeiros focos de povoamento da região. Através de favores do Governo da Província capixaba, o desbravador conseguiu concretizar pequenos povoados que, inclusive, em 1814, serviram de pouso às expedições incumbidas do traçado da estrada que ligaria Vitória ao Estado de Minas Gerais.

A colonização da região contou com a participação de portugueses e índios, substituídos posteriormente por imigrantes de outras partes da Europa, principalmente alemães. A cidade de Santa Leopoldina foi criada em 1857, em conseqüência da instalação da sede da colônia homônima no modesto núcleo de Porto do Cachoeiro, já existente junto ao rio Santa Maria da Vitória. No ano de 1857 chegaram os primeiros colonizadores, 140 suíços, mas no ano de 1860 já viviam em Santa Leopoldina 1.003 indivíduos, sendo 593 alemães. Em 1869 recebeu a visita do Imperador D. Pedro II. Nesta época, já se destacava o seu desenvolvimento, que atingiu um nível considerável com novas levas de imigrantes.

Santa Leopoldina aproveitou-se do fato de estar junto ao rio Santa Maria de Vitória, no ponto em que, em virtude da presença da cachoeira, terminava a navegação do rio, a partir do litoral. Durante 63 anos, foi o único ponto de ligação entre a capital e todo o interior do Estado, até além da fronteira mineira. Pelo rio descia toda a abundante produção da região e subiam produtos até mesmo importados diretamente da Europa. Para atestar esse desenvolvimento, onze anos após a descoberta de Graham Bell, o telefone dava os primeiros passos no Rio de Janeiro, mas já funcionava também em Santa Leopoldina. Com o advento das estradas de rodagem, perdeu definitivamente sua privilegiada situação de controladora de todo o movimento comercial dessa extensa zona.

Atualmente a sua base econômica está na agricultura – cerca de 90% da população reside na zona rural. É o maior produtor de laranja e tomate, segundo de banana e cebola e terceiro de batata inglesa. Em sua estrutura fundiária, predomina a propriedade de tamanho familiar, na classe de 20 a 100 hectares.

Com menos de uma década de existência, o Museu do Colono, em Santa Leopoldina, mantém viva a imagem do passado do Estado do Espírito Santo, através de uma centena de objetos que, ao fazerem a história da cidade, atestam ao mesmo tempo as marcas da cultura capixaba, no

que ela tem de mais significativo. O acervo do Museu é constituído de mobiliário (*art nouveau*, colonial brasileiro, etc.), porcelanas e faianças (chinesa, francesa, inglesa, Companhia das Índias, alemã, japonesa, etc.), cristais (bacarat, etc.), quadros, fotografias, livros, opalinas, instrumentos musicais (concertinas, realejo, gramofone), relógios e outros. Como coleção emprestada, destaca-se o instrumental de uma banda de música, de origem alemã, cedida pela comunidade do Tirol.

Um projeto para a comunidade de Nova Almeida

Distrito do Município da Serra e distante cerca de 30 quilômetros de Vitória, Nova Almeida sedia um dos mais importantes monumentos histórico-arquitetônicos do Espírito Santo: a Igreja e Residência dos Reis Magos, construído pelos jesuítas e índios tupiniquins durante o período compreendido entre 1580 e 1615. A edificação, tombada pelo Patrimônio Histórico, juntamente com a praça fronteiriça, encontra-se em bom estado de conservação e transformou-se em objeto de um projeto arquitetônico que visa a utilização do seu espaço a partir de propostas sugeridas pela própria comunidade e instituições capixabas.



Rômulo Andrade

Nova Almeida foi fundada em 1558 pelos padres Diogo Jacques e Diogo Gonçalves que começaram a construção da igreja, utilizada até hoje pela população local. A antiga Aldeia de Reis Magos (nome do início de sua fundação) foi elevada à categoria de Vila por alvará de 2 de janeiro de 1759; servia de ponto de catequese e de irradiação da povoação do Norte do Estado e ainda hoje mantém o seu traçado original, na embocadura do rio Reis Magos, numa colina 40 metros acima do nível do mar. Ao norte de um terreno de 80 x 200 metros ergue-se a igreja e a residência. O templo foi inaugurado em 1615, durante o apogeu da aldeia, que naquele início de século expandiu-se com a obtenção de grande sesmaria para os índios, inauguração dos edifícios que a tornaram notável como centro de catequese e pelas entradas aos índios Aymorés e Paranaubis, no atual Estado de Minas Gerais.

Após a expulsão dos jesuítas a aldeia foi desativada devido a não sujeição dos índios aos trabalhos forçados que lhe foram impostos. A população da aldeia na época era de aproximadamente duas mil pessoas. Em 1878 a edificação tornou-se Casa de Câmara e Cadeia da Vila. Neste século o prédio funcionou também como escola.

Na década de 40/50 encontrava-se bastante danificada, tendo sido recuperada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A partir de então tem sido aberta para o culto religioso e visitas de turistas. Na década de 70 foi novamente restaurada; recentemente a Prefeitura da Serra financiou a restauração da talha do altar-mór e de uma tela representando o nascimento de Jesus Cristo, cosiderada uma das mais antigas que se tem conhecimento no país. A residência encontra-se com alguns problemas de estrutura, principalmente de madeira, devido aos ataques de cupins e à umidade; mas, de um modo geral, o estado de conservação é razoável.

PROJETO

A partir de sugestões apresentadas pela comunidade e instituições do Espírito Santo, uma equipe de arquitetos do Estado elaborou um projeto de uso do espaço oferecido pelo monumento compatível com as condições existentes, visando um mínimo de alterações e a promoção de valorização do imóvel através da reapropriação efetiva pela população.

Em sua justificativa, o projeto afirma que "o uso de monumentos históricos não deve apenas limitar-se a museus ou centros culturais, mas que também possam ser utilizados de forma mais dinâmica como, por exemplo, escolas, centros de assistência social, de saúde, centros comunitários e outras atividades ligadas ao dia a dia da população local. Como bem comum a todos a utilização e a reapropriação de um monumento histórico deve vir de encontro aos interesses mais próximos da comunidade. A atividade turística deve ser encarada como um fator secundário que será inerente à obra e não como um fim primeiro a ser atendido, principalmente em se tratando de um monumento isolado, como é o caso".

Das propostas sugeridas pela comunidade e pelas entidades envolvidas praticamente todas foram acatadas, principalmente aquelas referentes a uma maior reciclagem dos espa-

ços existentes para que tenham maior aproveitamento. A proposta de museu, primeiramente um Museu Sacro, passou a ser um Museu de Economia e Cultura Popular por iniciativa da própria comunidade que começou a coletar peças que acharam importante serem preservadas e mostradas a turistas como elementos fundamentais da cultura local. Acatando as sugestões da população, o projeto sugere a utilização parcial do pátio interno e os espaços externos para a montagem do museu, devido à natureza e dimensão das peças.

Para a igreja, além do culto religioso, foi sugerida uma utilização mais intensa, onde diversas promoções poderiam ser ali desenvolvidas, como cerimônias de batismo e casamento, atividades musicais, apresentações teatrais e de corais, conferências e outras atividades.

Junto ao "hall" de acesso seria instalada uma pequena biblioteca, para atender a professores e alunos de uma escola próxima e comunidade em geral. Na sacristia, o projeto propõe a instalação de um pequeno auditório galeria de arte; o primeiro se prestaria a promoções da escola e ao uso comunitário para conferências, palestras, debates, projeção de filmes e reuniões. A galeria, além de promover exposições de trabalhos da própria escola, acolheria outros artistas que quisessem utilizá-la.

Nas celas seriam instaladas oficinas de arte, ateliês, onde poderiam ser desenvolvidas diversas expressões artísticas e artesanais. As oficinas transformariam-se em pontos de desenvolvimentos de trabalhos e idéias que dariam dinamicidade às atividades do centro.

O espaço abrigaria ainda o Festival de Verão que anualmente ocorre em Nova Almeida, durante uma semana do mês de janeiro. A idéia é associar o caráter de festividade ao de trabalho, no sentido de produção do conhecimento e de experiência. Para tanto, os autores do projeto propõem a ampliação do Festival para um mês. "As festividades (. . .) poderiam diluir-se ao longo desse período, correndo paralelamente a cursos breves em caráter mais avançado ou mais especializados, que seriam oferecidos durante o Festival como extensão das atividades permanentes desenvolvidas durante todo o ano. A função desses cursos seria a de ampliar os conhecimentos ministrados, promover a divulgação do trabalho das oficinas e provocar o intercâmbio de informações e idéias pela participação de elementos de outras cidades e Estados. O encontro seria oportuno como divulgação das manifestações locais de folclore e artesanato e como intercâmbio entre os participantes, concluindo com a mostra final de todo o trabalho produzido".



Rômulo Andrade



Rômulo Andrade

Novembro/Dezembro 1981

SPHAN 15
próMemória

Missões:

Brasil, Argentina e Paraguai traçam plano de preservação e revalorização

Um plano de ação visando a preservação e a revalorização dos conjuntos missioneiros jesuíticos da Argentina, Brasil e Paraguai está sendo estudado por técnicos e especialistas destes três países, que se reuniram durante três dias – 4, 5 e 6 de novembro – em Posadas, na Argentina. Depois de aprovado, o plano será enviado à UNESCO, que deverá lançar uma campanha internacional em favor das missões jesuíticas.

Implantadas pelos jesuítas a partir de 1609, as missões guaranis espalhavam-se por territórios hoje pertencentes à Argentina, Brasil e Paraguai e representavam um modelo alternativo para a integração dos indígenas. A expulsão dos jesuítas em 1768 resultou no fim da experiência e os trinta povos já assentados sofreram um rápido processo de desagregação. Restam, no entanto, importantes testemunhos da época, desde conjuntos urbanos (alguns reutilizados) e ruínas monumentais, além de caminhos e outras obras de infra-estrutura que demonstram a tarefa realizada pelos jesuítas.

VALORIZAÇÃO

A reunião realizada no início de novembro em Posadas dá continuidade ao trabalho iniciado a partir de 1970, quando, com a colaboração da UNESCO, foram promovidos diversos encontros entre representantes dos três países, buscando integrar um circuito de turismo cultural e implementar a valorização da arquitetura missioneira.

Os conjuntos monumentais das missões jesuíticas encontram-se protegidos parcialmente por legislações nacionais e locais, mas nos últimos anos tem-se procurado aperfeiçoar os instrumentos legais que assegurem a adequada defesa desse patrimônio. Ao mesmo tempo, Argentina, Brasil e Paraguai, com recursos nacionais e apoio de organismos internacionais, vêm investindo em trabalhos de preservação e valorização das missões. Foram formados museus e implantada infra-estrutura para o turismo cultural.

Tem sido preocupação dos organismos de preservação dos três países a ampliação da recuperação patrimonial às evidências culturais que subsistem nas missões, tanto no plano arqueológico, quanto no plano etnográfico. Essas idéias foram ratificadas durante a reunião realizada em 1979, em Assunção, e apresentadas ao Diretor Geral da UNESCO com a finalidade de obter apoio para um projeto conjunto com a Argentina, Brasil e Paraguai. Em sua 20ª reunião, realizada em 1978, a própria Conferência Geral da UNESCO incluiu as Missões Jesuíticas entre os conjuntos que devem ser preservados "pela importância que têm para a história e a civilização de toda a humanidade".

PROPOSTA DO BRASIL

Durante a reunião em Posadas, representantes de cada país apresentaram suas propostas de trabalho. A situação brasileira foi descrita da seguinte forma: "Os quatro mais importantes remanescentes das Missões Jesuíticas Guaranis localizadas em território brasileiro são as de São Nicolau, em meio a núcleo urbano; São Miguel, que tem em sua proximidade um núcleo populacional incipiente; São Lourenço e São João, que estão em áreas rurais."

Os trabalhos agora propostos buscam a identificação desses acervos, em sua totalidade, através de pesquisas arqueológicas e da consolidação e valorização das ruínas de São Miguel e São Nicolau. Pretende-se, também, a adoção de medidas a nível municipal, estadual e federal, visando a ambientação, o ordenamento do espaço urbano e a sua inserção na vida das populações locais, através de programas e projetos que visem a melhoria da qualidade de vida.

SÃO MIGUEL – é o conjunto mais importante e mais íntegro. No momento, realizam-se extensos trabalhos de consolidação da frontaria, da torre e das arcadas, que apresentam deformações e desaprumos detectados há muitos anos e comprovados pelos levantamentos realizados recentemente. Pretende-se, igualmente, realizar pesquisas arqueológicas nas áreas ainda não prospectadas, inclusive onde existiam as casas dos índios;

SÃO NICOLAU – pesquisas e escavações realizadas desde há dois anos comprovaram a importância dos remanescentes desse povo. Pretende-se continuar estas pesquisas e elaborar estudos de compatibilização da preservação desse acervo com a vida do núcleo urbano em que se insere. Pretende-se, ainda, a delimitação da área a ser preservada e a sua valorização. Considera-se urgente a estabilização dos muros da Igreja.

SÃO LOURENÇO – a partir do que foi conhecido com as escavações realizadas há sete anos, tem-se como certa a existência de um extenso acervo indicativo de um programa missioneiro típico. Nesta etapa pretende-se a realização de pesquisas arqueológicas com a eliminação da vegetação que hoje cobre os restos da missão e a reabertura de um caminho que cruza as ruínas. Devem ser previstos trabalhos de consolidação dos muros.

SÃO JOÃO – é a menos conhecida entre as quatro ruínas missioneiras. Em seu sítio localiza-se um cemitério que necessita ser reconstituído. Nesta etapa está previsto o trabalho de limpeza, além de pesquisas arqueológicas e definição dos limites das ruinas.

Estão previstos outros trabalhos, a saber: serão programadas investigações documentais e iconográficas em arquivos brasileiros e estrangeiros para a identificação e localização dos primeiros assentamentos missioneiros, urbanos e estancieiros nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul; programam-se pesquisas arqueológicas em sítios já conhecidos nas atuais cidades de São Borja, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, além de outras na região de Guairá, no Estado do Paraná.

Memorial Zumbi:
Conselho inaugura marco de construção

Zumbi é para a comunidade afro-brasileira muito mais do que história. É um símbolo. É o exemplo da conquista de sua liberdade e identidade. Deste ponto de vista, a descoberta da africanidade ou da negritude por parte do negro brasileiro é ato de dignidade e não de alienação como muitos pretendem.

Dando apoio e reforçando esta afirmação, o Conselho do Memorial Zumbi constitui-se em entidade pioneira que conta com a participação de órgãos públicos e privados, tais como a Universidade Federal de Alagoas, a Fundação Nacional Pró-Memória, o Governo do Estado de Alagoas, etc. e numerosos representantes de movimentos negros do Brasil



Leni Riefenstahl

Com a finalidade de dar continuidade aos trabalhos para a implantação do Memorial Zumbi na Serra da Barriga, sítio onde se localizou Macacos, sede do Quilombo dos Palmares, no Município alagoano de União dos Palmares, reuniram-se nos dias 18 e 19 de novembro passado, em Maceió, os Conselhos Deliberativo e Geral do Memorial Zumbi.

Em seu relatório, a Diretoria discorreu basicamente sobre as iniciativas tomadas para a obtenção do Registro do Conselho e dos resultados dos contatos que manteve com a arquiteta Dora Alcântara, chefe do Departamento de Pesquisas e Tombamento da SPHAN, e com Teresa Jorge Pádua, Diretora do Departamento de Parques Nacionais do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, bem como com os interessados no Memorial, sobretudo os de São Paulo e da Bahia.

Durante a reunião, enfatizou-se a nova etapa do Conselho, a partir de sua legalização, quando a proposta em que se constitui, isto é, a de um mecanismo viabilizador da participação efetiva da sociedade civil, particularmente da comunidade negra, concretiza-se e afirma-se de modo definitivo. Assim, várias medidas foram estudadas objetivando sua autonomia, condição básica para salvaguardar o seu conteúdo democrático, entre as quais destaca-se a criação, dentro do Conselho, de grupos de trabalho com os seguintes encargos: elaboração do Plano de Manejo do Memorial Zumbi, captação de recursos, divulgação e apoio ao Memorial Zumbi em âmbito regional, e, especialmente, junto aos parlamentares, no Congresso Nacional.

O Conselho Geral, que tem atribuições semelhantes às de uma Assembléia Geral, recebeu, no dia 19 de novembro, a visita oficial dos Embaixadores do Senegal, Costa do Marfim, Nigéria, Gabão, Togo e Zaire, e mais do Encarregado de Negócios de Gana, acompanhados pelo chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania do Itamaraty, Ministro Marcos C. Azambuja.

O Conselho Geral, entre outras providências, aprovou uma emenda aos seus estatutos a partir da qual passam a ser membros fundadores do Conselho não só os que assinaram a ata de fundação, mas também todos aqueles que participaram do Seminário de agosto de 1980, em Maceió. Por aclamação foram eleitos 27 novos membros, entre os quais Zezé Mota, Hamílton B. Cardoso, Marcos Terena, Carlos Diegues, Dom José Maria Pires, o Bloco Afro Malê do Balê, Badauê e o Afoxé Olorum Baba Mi.

Os debates encerraram-se no dia 20 de novembro, 286º aniversário da morte de Zumbi e data proposta pelas comunidades negras do país como "Dia Nacional da Consciência Negra", com uma peregrinação até o alto da Serra da Barriga. Lá se inaugurou um marco, cuja placa contém os seguintes dizeres: "Neste local se construirá um monumento – o Memorial Zumbi – em honra dos guerrilheiros palmarinos e de seu líder maior. Deverá se erguer como pólo da luta pelo direito à história e pelo resgate dos heróis negros que dignificaram este país". A festa contou com a presença de mais de duas mil pessoas, procedentes de todo o país, incluindo os habitantes de União dos Palmares.

Ao entardecer foi celebrada a Missa dos Quilombos, com a participação de Dom Miguel Fenelón, Arcebispo de Maceió, Dom José Maria Pires, Arcebispo de João Pessoa, Dom Pedro Casaldáliga, dos párocos de União dos Palmares e diversos outros sacerdotes, acompanhados por um coral improvisado, composto por negros representantes de várias entidades.

Após a missa e o hasteamento da Bandeira ao som do Hino Nacional, Abdias do Nascimento evocou Zumbi e os heróis palmarinos. Descida a serra, as festividades continuaram em União dos Palmares, prolongando-se até à meia-noite.

A República dos Palmares, tendo sido o primeiro projeto nacional de uma nação livre e multiétnica, consiste em legado inestimável para o país e leva-nos a uma revisão do passado e do presente com vistas à edificação de uma sociedade futura onde a unidade ocorra sem destruição das diferenças.

Novembro/Dezembro 1981

SPHAN 15
*pró*Memória

Comunidades unem-se em defesa de patrimônio cultural

A criação do "Movimento Comunitário de Defesa do Patrimônio Cultural" em cada município representado no evento foi o resultado imediato do "Encontro sobre Arquitetura nas Áreas de Colonização Alemã: Sua Valorização e Preservação", realizado em Florianópolis (SC), de 10 a 13 de novembro passado, numa promoção conjunta da SPHAN/Pró-Memória, Fundação Catarinense de Cultura, Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Santa Catarina e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU/MINTER (SPHAN nº 14, pág. 17). O Encontro teve por objetivo iniciar, através da cooperação técnica alemã e a participação de lideranças municipais, um processo de valorização e a adoção de critérios de preservação nas regiões de colonização alemã.

Integrado por representantes dos vários segmentos da sociedade civil e do poder público municipal, o "Movimento Comunitário" terá, entre outras finalidades, a de sensibilizar a opinião pública, através de campanhas em escolas, associações de classe, sindicatos, organizações de bairro, entidades culturais, entre outros, sobre a necessidade da preservação de conjuntos históricos e suas respectivas culturas. Em cada município, o movimento pretende mostrar às Prefeituras e Câmaras de Vereadores a necessidade de se adotar o município de legislação própria para a proteção do patrimônio cultural e natural.

Os integrantes do movimento pretendem, ainda, sensibilizar a iniciativa privada, especialmente da indústria e do comércio, assim como das empresas paraestatais e estatais, visando ao seu engajamento no trabalho de restauração, de preservação e de revitalização do patrimônio cultural e natural. Será articulado com o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Secção Santa Catarina uma comissão, a nível estadual, que discutirá as propostas de preservação desse patrimônio.

Os participantes inscritos e presentes à última sessão do Encontro **decidiram, em documento final, que,** no mais breve possível, os vários "Movimentos Comunitários de Defesa do Patrimônio Cultural" articulem-se em um seminário a nível regional que teria como objetivo central a criação de associação semelhante a nível estadual.

Decidiram, também, recomendar à Fundação Catarinense de Cultura maior espaço em seu órgão de divulgação – *Boi de Mamão* – para assuntos ligados à preservação de sítios históricos, arquitetônicos e paisagísticos, "não apenas transmitindo experiências de atuação nas diversas regiões do Estado, como também veiculando postura crítica de profissionais envolvidos nestas tarefas".

Às Prefeituras Municipais, outras recomendações foram feitas, tais como a criação de um organismo de proteção ao patrimônio cultural e natural, assim como a definição de uma política de proteção desse patrimônio; a promoção, de maneira sistemática, da capacitação de recursos humanos na área, e do inventário do patrimônio municipal.

O ENCONTRO

O Encontro, realizado no auditório do Tribunal de Contas de Santa Catarina, contou com a participação especial de Gottfried Kiesow, Conservador Geral do Estado de Hessen (RFA), e Edgar Heydok, Diretor da Repartição de Planejamento Urbano de Wiesbaden, capital de Hessen, que proferiram uma série de conferências sobre, especialmente, a experiência alemã na área de preservação do patrimônio, para uma platéia composta por representantes de municípios catarinenses, estudantes e professores de Arquitetura, autoridades locais, entre outros.

Os participantes tiveram não só a oportunidade de ouvir os técnicos alemães, como também conhecer a experiência da comunidade de Itajaí na questão da preservação cultural, através do programa "Itajaí – Marco Zero", documento que estabelece as diretrizes básicas de um plano de preservação e valorização de prédios históricos da cidade.

A Fundação Catarinense de Cultura apresentou um áudio-visual sobre o tema "A Arquitetura nas Áreas de Colonização Alemã", onde está detalhada toda a evolução da habitação dos imigrantes europeus em terras do Sul do Brasil. O trabalho mostra a necessidade de providências urgentes visando à preservação desse patrimônio, cujos últimos exemplares "estão abandonados e, rapidamente, sendo substituídos por uma arquitetura de valor duvidoso".

Falando sobre a questão da preservação frente ao desenvolvimento, o responsável pela 6ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória, arquiteto Glauco Campello, afirmou que o conflito entre os temas "pode ser situado no quadro geral das contradições entre os procedimentos da cultura tradicional e as novas formas de produção tecnológica".

"A dificuldade em conciliar tradição e tecnologia é um problema comum a todas as sociedades do mundo moderno", disse Campello, ressaltando que para a superação do problema "é necessário compreender o sentido de continuidade de todo o processo cultural; é imprescindível compreender que o substrato dos valores tradicionais configuram uma identidade cultural própria e são, ao mesmo tempo, renováveis, na medida em que adquirem um novo significado ao se situarem em um contexto novo".

No entender do arquiteto, há outros fatores de ordem geral envolvendo o conflito entre preservação e desenvolvimento. "Eles – disse – são decorrentes da distorção de valores inerentes ao modelo econômico predominante em nossas sociedades. A forte pressão para o consumo e para o lucro, tidos como a mola propulsora do progresso, determinam a prevalência dos valores materiais sobre os valores culturais".

GOIÁS

NO ANIVERSÁRIO DA CIDADE, PIRENÓPOLIS RECEBE "JESUS MÁRTIR"

A SPHAN/Pró-Memória, através da 8ª Diretoria Regional, devolveu, no dia 3 de outubro passado, à comunidade de Pirenópolis a tela de "Jesus Mártir" totalmente restaurada. A tela foi colocada em seu lugar de origem, a Sala da Sacristia da Matriz da cidade, acima do Arcanjo. A solenidade de devolução estiveram presentes representantes da comunidade, Prefeito Municipal, técnicos da SPHAN/Pró-Memória e da Fundação Cultural de Goiás, além do Presidente da Fundação Instituto de de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de Goiás – INDUR. O ato constou das comemorações dos 254 anos de fundação daquela cidade goiana.

Vítima do efeito do tempo e da ação de parasitas, a tela de "Jesus Mártir" encontrava-se em precário estado de conservação. Foi providenciada a sua remoção para o laboratório de restauração da SPHAN no Rio de Janeiro, onde constatou-se, ao retirar-se a moldura, que estava dobrada. Restaurada sob a orientação técnica do professor Édson Matta, a tela ficou algum tempo em exposição no Museu Zoroastro de Goiânia, por iniciativa da Fundação Cultural de Goiás. "Jesus Mártir" está agora em seu lugar de origem no seu tamanho original.



Arquivo SPHAN

ENCHENTES DO RIO VERMELHO PREOCUPAM MORADORES DA CIDADE DE GOIÁS

Motivo de orgulho da comunidade vilaboense e uma das principais atrações turísticas da Cidade de Goiás, o rio Vermelho nem sempre traduz tranquilidade. Durante o verão vem causando danos irreparáveis a moradores. Em fevereiro passado trouxe sérios prejuízos às residências e estabelecimentos comerciais.

Moradores da margem do rio em seu trecho urbano encaminharam à Secretaria da Cultura do MEC abaixo-assinado solicitando à SPHAN/Pró-Memória, Prefeitura Municipal e Governo do Estado providências para a remoção de bancos de areia, detritos e entulhos, que seriam, a seu ver, as causas principais das enchentes. Procurando sensibilizar todos os órgãos interessados e obter providências urgentes, a SPHAN/Pró-Memória, através da 8ª Diretoria Regional, promoveu reunião com técnicos das áreas federal, estadual e municipal ligadas ao problema.

Enquanto aguarda soluções definitivas a Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás, utilizando recursos próprios e máquinas tomadas por empréstimo às cidades vizinhas, resolveu de uma forma provisória a limpeza do leito do rio. Fica em aberto o apelo dos moradores ribeirinhos.

CRUZ DO ANHANGUERA VOLTA AO SEU LUGAR DE ORIGEM

A Cruz do Anhanguera está de volta ao seu lugar de origem, o pedestal erigido por iniciativa dos historiadores goianos, quase ao lado da casa em que residiu Bartholomeu Bueno, na Cidade de Goiás. A cruz encontrava-se exposta numa vitrine de vidro em precário estado de conservação. A SPHAN/Pró-Memória, através de 8ª Diretoria Regional, providenciou a sua remoção para a oficina de Manuel Pereira de Assis, onde foi restaurada sob a orientação técnica da funcionária da SPHAN/Pró-Memória, Maria Luiza Brandão. A peça foi colocada em seu pedestal no dia 25 de setembro passado.

A Cruz do Anhanguera foi encontrada por Luiz do Couto, Juiz de Direito da cidade de Catalão, que, pelos idos de 1940, desejando conhecer a velha estrada por onde passara o bandeirante Bartholomeu Bueno, atravessou o rio Paraíba. Encontrando a estrada, por ela prosseguiu percorrendo cerca de seis quilômetros, parando para descansar à beira de um córrego, quando notou ao seu lado um pedaço de aroeira, lavrada e carcomida. Era uma cruz, na qual se lia a data: 1700/2.



Arquivo SPHAN

Descoberta a cruz, toda a imprensa de Goiás e do Triângulo Paulista fez grandes comentários. Era Presidente de São Paulo Altino Arantes, que telegrafou a Luiz do Couto exigindo a remessa da cruz. O juiz de Direito não só desobedeceu a ordem como providenciou a remessa da cruz para Ipameri, de onde foi transladada para a Cidade de Goiás.

Novembro/Dezembro 1981

SPHAN 15
*pró*Memória

SPHAN tomba ruínas do Engenho Murutucu-PA

Construído no século XVIII, o Engenho Murutucu, em Belém, teve recentemente suas ruínas e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição incluídas no Livro do Tombo Histórico. A decisão de tombar os remanescentes do monumento – um dos maiores e mais importantes da região da capital paraense – foi tomada em agosto último durante a reunião do Conselho Consultivo da SPHAN.

As ruínas do engenho encontram-se nas matas da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, tomadas pelo emaranhado dos apuizeiros, espécie vegetal muito comum na região. Da construção, restam somente indícios dos alicerces, pilares e paredes da casa grande. A chaminé ruiu recentemente, com a retirada da vegetação que a sustentava. A capela, ainda de pé, apresenta sinais bem identificáveis do estilo da arquitetura – o neoclássico.

A história do Engenho Murutucu está para ser desvendada em seus pormenores. Dele sabe-se que foi construído no transcorrer do século XVIII e que não chegou a atravessar todos os anos dos mil e oitocentos, acabando-se antes de findar essa era. A capela foi erguida na segunda metade do século pelo arquiteto Antônio José Landi. O historiador Ernesto Cruz fez uma pesquisa nos cartórios de Belém e conseguiu levantar os nomes dos proprietários do engenho, até o fim do seculo XIX. Também revelou o professor Cruz um inventário de 1840: casa de vivenda, capela, casa de engenho, rancho dos pretos, uma roda d'água, moendas de ferro, alambique de cobre e serpentinas, tachos de ferro, batelões, canoas. Na capela havia uma imagem de São Pedro, castiçais prateados, vasos de flores, crucifixos, cômoda, paramentos. O engenho, movido a vapor, produzia cachaça e açúcar. A força utilizada pela serraria provinha de uma roda d'água.

O igarapé Murutucu, que desemboca no rio Guamá, chegando às proximidades da casa grande, servia de caminho para a movimentação humana, de mercadorias, de produtos da mata e da indústria, entre o engenho e Belém.



Arquivo SPHAN

A decadência e o desaparecimento do engenho devem ter sido rápidos, pois o norte-americano John Esaias Warren, que esteve no Pará em 1850, só encontrou ruínas. Em seu livro *Pará: or scenes and adventures on the banks of the Amazon* ele recorda um passeio através da floresta e a surpresa ao deparar com "uma velha e destruída fazenda inteiramente sepultada na solidão agreste da mata". Warren espantara-se com a beleza das pedras modeladas pelo arquiteto Landi, apesar de ignorar a autoria e não saber explicar as origens do monumento perdido: "tudo ficará, para sempre, no mistério."

Em seu livro *Santa Maria de Belém do Grão-Pará*, o historiador Leandro Tocantins dedica um capítulo às ruínas do Engenho Murutucu, no qual todas essas informações estão contidas. "Que se conhece sobre a vida social do Engenho Murutucu? Sobre as missas, os batizados, as ladainhas, os casamentos na capela? Sobre os dramas na "casa dos negros", sobre a cachaça, o açúcar, o mel, a rapadura, as madeiras, que iam para Belém nos batelões? Sobre os senhores, as sinhás, as sinhazinhas, os meninos, da casa grande? Não se conhece nada. É um mundo morto várias vezes: no espaço, no tempo, na documentação histórica. O escritor francês Michel Simon quando viu as ruínas do engenho envolveu-as no romantismo desta imagem: *É o bosque da Bela Adormecida*! Uma Bela Adormecida que príncipe nenhum conseguirá despertar de seu sono profundo."

Manaus terá de volta o Palácio Rio Negro restaurado

A SPHAN/Pró-Memória firmou, em novembro passado, convênio de colaboração com a Comissão Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Amazonas, para as obras de restauração do Palácio Rio Negro, em Manaus. O imóvel é tombado pelo Patrimônio Estadual e teve suas obras iniciadas pelo Governo do Estado no começo deste ano.

O Palácio Rio Negro será utilizado como sede do Executivo do Estado do Amazonas até a conclusão do palácio de despachos no centro administrativo, quando então passará a ter uma utilização de caráter cultural, como museu da cidade.

O imóvel foi construído no fim do século passado para residência de Waldemar Scholz, comerciante alemão atraído a Manaus pela riqueza da borracha. Em 1911, foi hipotecado ao Coronel Luís da Silva Gomes, e, em 1918, adquirido pelo Governo do Estado para servir de residência oficial do Governador, passando a chamar-se Palácio Rio Negro.

O Palácio apresenta uma mistura interessante dos mais variados estilos, trazidos da Europa de começo-de-século. A fachada, originalmente pintada de cinza claro e com seus inúmeros recuos e avanços, suas curvas e ângulos retos, é característica de um tipo de arquitetura muito comum na época nos novos centros de acelerado desenvolvimento econômico, tais como Manaus no período da borracha. A sociedade que se firmava, junto com sua nova fonte de riqueza, criava também uma nova estética cuja expressão primeira seria sempre a arquitetura: as residências particulares, como também as instituições governamentais, comerciais e culturais, caracterizavam-se pelo "ecletismo", pela mistura às vezes um tanto quanto desgovernada das mais diversas influências.

A borracha, levada para plantações cultivadas no Sudeste Asiático pelos ingleses, começava a abalar a economia deste produto na Amazônia. Waldemar Scholz viu-se obrigado a hipotecar sua mansão para saldar dívidas comerciais. Finalmente, em 1914 a Guerra corta por completo o comércio, paralisando a linha comercial Hamburgo-Manaus, o que agrava ainda mais a situação de Scholz. Em 1918, terminada a Guerra, o comerciante alemão retorna definitivamente à sua terra natal.

Inicialmente, a mansão, construída na Rua Municipal, próximo ao Igarapé de Manaus, é alugada e depois vendida ao Governo do Estado, durante a gestão de Pedro d'Alcântara Bacellar, que a transforma em Palácio Rio Negro.



Tolentino Martins

Com a finalidade de identificar e documentar uma amostragem do acervo histórico, artístico e arquitetônico do Estado, contribuindo para uma maior compreensão, apreciação e valorização do seu passado cultural, bem como da sua importância turística e por conseguinte social e econômica, foi realizado, de 13 a 19 de novembro passado, em Belém, o concurso "Preserve a Memória de Sua Cidade", com fotos do Pará antigo. O certame foi promovido pela Universidade Federal do Pará, sob o patrocínio da FUNARTE, com a colaboração, entre outras entidades, da SPHAN, Clube de Engenharia, Prefeituras Municipais do Estado e Conselho Estadual de Cultura.

O primeiro lugar coube a Tolentino Martins com uma foto do Reservatório Paes de Carvalho, demolido em 1967. O mesmo fotógrafo obteve o segundo lugar com a foto "Coreto do Largo de Nazaré", também já demolido, e o terceiro lugar coube a Paulo Sérgio Azevedo Garcia com a foto "Primeira Estação de Água de Belém".

Novembro/Dezembro 1981

SPHAN 15
*pró*Memória

OPINIÃO

Preservação urbana: implicações de uma postura e extensão de um conceito

(*) *J. N. B. de Curtis*

A preservação das edificações de interesse cultural para as cidades tem, entre outros objetivos, o de promover o bem-estar psicológico do homem urbano através da manutenção de referenciais na sua trajetória de vida.

Se a proteção do meio natural é imperativo incontornável para a eugenia do ser biológico, por equivalência poderíamos sentenciar que a preservação dos bens culturais o é, na mesma escala, para a saúde psíquica do ser racional.

A partir, pois, da importância acima atribuída à preservação, cabe analisá-la como reflexo das posturas que diante dela se têm assumido ou das atitudes que frente a ela se têm tomado.

O saudosista, reacionário e contemplativo, para quem o passado é um produto acabado que deve ser indefinidamente repetido, vê a cidade como um fóssil ou como um organismo que já está morto.

Esta postura conduz o homem a expressar-se numa linguagem anacrônica, impedindo-o de qualquer contribuição ao processo civilizatório, levando-o até a esquecer-se de que o presente também, amanhã, será passado.

Imbuídas desta filosofia, as pessoas vivem do passado apenas as sensações, sem buscar extrair as lições que ele pode oferecer, sem procurar repensá-lo para construir o presente. E os publicitários da especulação imobiliária, sempre atentos às tendências de mercado, têm incentivado o falso prestígio da cópia com a sacralização do antigo.

O individualista, alienado e interesseiro, entende que as preocupações com o aperfeiçoamento da qualidade de vida urbana são incompatíveis com sua necessidade de fruição imediata dos bens materiais. Para ele, o passado passou, o futuro a Deus pertence e a cidade morrerá consigo. Iconoclasta por convicção, entrega-se, destituído de sensibilidade, à euforia da novidade e utiliza sua fúria destruidora para mutilar e, tanto quanto possível, eliminar o passado.

O progressista, lúcido e engajado na defesa do interesse coletivo, vive o hoje como o ontem do amanhã, vale dizer, constrói o presente com a dignidade que o caracterizará quando passado e pensa a cidade como um organismo que lhe sobreviverá. É sensível ao respeito que merece a obra de seus antecessores; utiliza-a com economia e posta-se com humildade diante das lições que a experiência acumulada oferece. Entende, como homem do

seu tempo, que o passado deve ser utilizado e conservado como testemunho da sua sociedade.

Se em termos de posturas ou de atitudes há ainda espaço — e infelizmente muito — para que o passado seja entendido dentro de pensamentos tão retrógados como os dois primeiros acima enunciados, sob o ponto de vista de critérios a preservação já formou consenso no seio da massa crítica brasileira através da ampliação de sua abrangência, evoluindo de símbolos da classe dominante para a representatividade de todos os estratos sociais; de palácios, conventos e solares para as fábricas, quiosques e vilas operárias; de amenidade criada pelo ócio burguês para o aprimoramento ambiental da vida coletiva; de postura contemplativa para a atitude vivencialista; de soletração das ruas para a leitura das cidades; de vogais para o alfabeto; de obra isolada para os conjuntos urbanos; de monumento histórico para o documento cultural; de edificações dos séculos XVII e XVIII para a arquitetura dos séculos XIX e XX; de excepcional para o representativo; de permissividade demolidora para a utilização econômica do "já construído"; de restauração ensimesmada para a preservação integrada.

Mas não apenas com posturas ou atitudes se realiza a preservação. O caminho percorrido para garantia de sua plena efetivação estagia na seqüência de ações que de forma sintética descrevemos a seguir:

Identificação: é a ação preliminar de escolha da edificação ou conjunto a ser preservado, a partir de critérios atrás estabelecidos e medidos por valores de referência, como o arquitetônico, o histórico, o ambiental, etc.

Tombamento: é o registro em livro próprio de órgão de proteção ao patrimônio cultural pertencente a qualquer dos três níveis de poder. A maior importância do ato reside no poder de polícia que, sobre o bem tombado, a repartição competente passa a exercer.

Conservação: é a atitude permanente de manutenção e vigilância, sempre mais vantajosa do que as intervenções corretivas.

Consolidação: é a intervenção, por vezes, necessária à garantia de estabilidade da edificação ou das ruínas.

Restauração: é um conjunto de intervenções de ordem técnica e científica que pressupõe multidisciplinaridade e visa à continuidade do monumento, tanto quanto possível reintegrado na sua imagem original.

As intervenções de restauro são sempre precedidas de pesquisa "biográfica" do monumento ou conjunto que se pretende preservar. Seu cadastramento ou levantamento físico consiste em intervenção que a seguir se procede como operação indispensável à elaboração do projeto.

Em continuação aos trabalhos preparatórios, processam-se as prospecções, ou sejam, as pesquisas de técnicas e de materiais utilizados na construção. Busca-se a existência ou não de vãos emparedados que podem ser denunciados com a retirada de rebocos, da compartimentação original que pode ser identificada por vestígios nos forros ou de trabalhos de arte escondidos por repinturas grosseiras, etc.

Somente, então, concluídas as etapas atrás assinaladas, inicia-se o projeto de restauração, que pode se ir modificando no curso do andamento das obras e que só se conclui com o término das mesmas. No projeto, são decididos a retirada dos acréscimos que não se integraram à vida do monumento, dos elementos descaracterizadores da sua feição original ou são reconstruídas paredes demolidas e reintegrados componentes suprimidos, etc. Tudo, naturalmente, respaldado pela presença de vestígios seguros ou de documentação iconográfica (desenhos, gravuras, fotos, etc.) fidedigna.

A restauração propriamente dita utiliza as mesmas técnicas atuais de construção enquanto os elementos restaurados não aparecem (execução de paredes, estruturação de telhados, etc.), mesmo porque a restauração não é um fim e sim um meio de devolver vida útil ao monumento. Quanto aos elementos aparentes, cuida-se de reconstruí-los na forma, cor, textura e dimensões que a pesquisa revelar como originais.

Valorização: consiste na colocação em evidência do monumento através da proteção do seu entorno de interferências visuais indevidas, bem como do seu destaque com ambientação (jardins, iluminação, passeios, etc.) adequada. Está contida sempre no processo de preservação integrada.

Reutilização: é a conseqüência natural dos investimentos feitos na restauração e a condição indispensável para evitar a rápida deterioração. O alto custo social da conservação impõe cuidados no sentido de que o novo uso do monumento seja compatibilizado com sua tipologia funcional e que consulte aos interesses de um maior número de pessoas possível.

Com este cuidado, concluem-se as tarefas — mas não a vigilância, que é permanente — necessárias à preservação.

(*) J. N. B. de Curtis é arquiteto, professor e Diretor Regional da SPHAN/Pró-Memória para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Novembro/Dezembro 1981

SPHAN 15
*pró*Memória

Uma visão da questão cultural no Espírito Santo

Compreender e fazer emergir a memória cultural do Estado para que as atividades artísticas no Espírito Santo ganhem em força e autenticidade e possam dar a sua contribuição a nível nacional. Esta é a ação que precisa ser desenvolvida urgentemente na área cultural capixaba, sob o risco de que as autênticas manifestações existentes nas regiões do Estado desapareçam frente ao crescente processo de massificação que as atinge.

A opinião é de Orlando Bomfim, cineasta capixaba que há cerca de oito meses está à frente do Departamento Estadual de Cultura – DEC. Na entrevista a seguir, Bomfim fala sobre a questão cultural no Espírito Santo.

Em conversa que mantivemos com o Maciel di Aguiar, em São Mateus, ele nos colocou que a questão cultural no Espírito Santo era tratada de forma extremamente elitista. Os diretores que passaram pela então Fundação Cultural, segundo disse, estavam mais preocupados em promover atividades já consagradas, na maioria das vezes totalmente desvinculadas da realidade local, da qual nem mesmo tinham um conhecimento mais profundo. Você assumiu o Departamento com a preocupação de reverter esse processo, a partir da visão que tinha dos problemas do Estado? O que levou você a trocar o Rio de Janeiro pelo Espírito Santo e a aceitar desenvolver um trabalho no DEC?

– Na minha opinião, antes de tudo, precisamos criar condições para o verdadeiro, para o autêntico e, principalmente, para a relação mais importante do homem com a vida, como ser humano, o seu relacionamento com o meio ambiente, com ele próprio e com outras pessoas. Uma coisa mais integrada, sem as divisões tão comuns da chamada civilização ocidental. Isto eu comecei a perceber de uma forma muito profunda, principalmente a partir de um contato maior com a comunidade negra de São Mateus e Conceição da Barra, que sustenta uma luta de resistência cultural muito profunda, muito grande, sempre na tentativa dessa integração do ser humano com a realidade.

– A minha opção de aceitar trabalhar numa instituição cultural, num momento tão dramático por que passa o Espírito Santo nas atividades culturais, deu-se como uma entrega, quase um desespero, quando comecei a fazer um documentário aqui, que marcou o meu retorno para o Estado. Eu morei muitos anos no Rio e vinha para cá esporadicamente, em períodos de férias. Esse documentário marcou uma abertura num contexto em termos de conhecer o Brasil de uma forma mais profunda do que conhecia antes, morando no Rio, e tendo visitado praticamente o país todo em seminários culturais, debates, grupos de estudo e trabalho. Quando comecei a filmar aqui no Espírito Santo, comecei, também, a perceber tudo aquilo que a gente discutia fora daqui.

– O trabalho que vim desenvolver foi um documentário sobre os 100 anos de imigração italiana no Brasil, uma presença muito forte, muito marcante no Estado, da qual eu tinha conhecimento por descender de imigrantes que se radicaram no Município de Santa Tereza. A nível nacional, isso era praticamente desconhecido, como se aqui não tivesse nada dos imigrantes italianos. Isto me chamou muita atenção e chegava a me chocar: você perceber que ninguém tinha conhecimento da realidade do Estado, ninguém conhecia nada do Espírito Santo.

Antes de começarmos esta conversa, você tocou na questão do isolamento em que o Estado vivia. Esse desconhecimento acerca da realidade do Espírito Santo favoreceu a preservação dos autênticos valores culturais locais?

– Exatamente. Os grupos étnicos ainda hoje presentes no Estado, e que fazem realmente a grande síntese da formação do país, somente existem por causa do profundo, gigantesco isolamento do Espírito Santo. Este é um fato contraditório, pois o Espírito Santo está exatamente no centro nervoso do Brasil – de um lado, temos a Bahia, um Estado de lutas, que exerce permanente influência no país, de outro, Minas Gerais, onde vários movimentos políticos fundamentais ocorreram, e, ainda, o Rio de Janeiro, uma grande metrópole, até recentemente capital do país.

– Esse isolamento tem motivos históricos. No Império, foi proibida a construção de estradas no interior do Estado, porque se entendia, na época, que a grande parede que representava os acidentes geográficos, como as montanhas e as grandes florestas, constituíam elementos muito fortes no combate ao contrabando de ouro e de madeira. O Espírito Santo foi usado como uma defesa natural. Essa situação se inverteu integralmente; hoje o Estado possui vários portos de exportação de minérios.

Quer dizer que, em termos culturais, o Espírito Santo é um Estado a se descobrir . . .

– Descobrir e permitir que tudo possa ser conhecido, possa emergir e ser um elemento transformador. A função fundamental da cultura é exatamente a de transformar, modificar as coisas, e de influir em todas as áreas. A cultura deve ser entendida como situação precedente a todas as atitudes do ser humano. Todas as opções na vida, na realidade, são tomadas a partir da sua formação cultural. É ela que vai determinar toda sua relação na vida, quer dizer, a cultura atua em sua formação geral. Nós temos que entender que a cultura, realmente, é a coisa mais importante para qualquer ação que se queira desenvolver. O país teria que se repensar integralmente e teria que repensar de baixo para cima, a partir da necessidade dos maiores contingentes, dos contingentes mais expressivos, mais representativos. Esses segmentos deveriam ser ouvidos em primeiro lugar antes de se tomar qualquer atitude que tivesse influência direta no país.

Essa postura você levou para o DEC. Quando você colocou es-

sas questões, como o pessoal atuante na área cultural no Espírito Santo as recebeu?

— Assim que assumi a direção do Departamento, o clima de discussão era esse. Havia muita gente interessada nessas questões, mas não havia um órgão específico para tratar principalmente do fenômeno cultural. Uma preocupação que a gente sentia e que estava sendo discutida esses anos todos era no sentido de procurar realçar os elementos formadores da cultura brasileira e que ainda estão presentes nas culturas das etnias que vieram para cá depois dos portugueses, como o negro, o europeu do fim do século passado, mais a partir de 1850, como o alemão e o italiano, o pomerano, que ainda existe aqui apesar de ser um povo extinto no resto do mundo. A preocupação é a de realçar os elementos mais autênticos de cada etnia num quadro mais aberto de cultura, que não seja uma visão artística, que é a visão posterior do processo cultural.

Você poderia explicar melhor isso?

— Acho que a grande dificuldade que você vive no Brasil é trabalhar culturalmente ajudando as duas atividades, quer dizer, a atividade cultural mais de base com a atividade final de cultura, que é a sua concretização final, traduzida nas atividades artísticas, ou seja, nas artes plásticas, na música, na dança, no cinema, na televisão (que, no Brasil, ainda está longe deste processo artístico; a televisão ainda é vista e trabalhada apenas como veículo e está muito longe de discutir suas funções artísticas dentro da sociedade). Todas as manifestações precisam ter o embasamento cultural para refletir uma vivência, um fazer específico, que possa representar a relação do homem com a vida, com o ambiente, com a natureza e tudo aquilo que lhe diz respeito.

Como a questão cultural entra nesse quadro que você traçou?

— A atividade cultural do Estado nesses próximos anos vai se definir num prazo muito longo, porque é uma situação de época própria do Estado. Mas o que me preocupa é que a peculiaridade do Espírito Santo de ser ainda um *grande caldierão vivo*, um *depósito rico* de manifestações culturais autênticas não possa ser aproveitada. Eu acho que esta é uma situação que distingue o Espírito Santo dos outros Estados e coloca-o frente a uma responsabilidade gigantesca. Aí eu digo que não é somente o órgão de cultura do Estado que tem responsabilidade nessa questão. O Espírito Santo vive essa situação hoje em função da sua utilização nacional; todo o país se beneficiou dessa situação, portanto, essa responsabilidade não é só do Estado em si, isoladamente. O Espírito Santo participou de uma forma ou de outra do país como um todo, sacrificando-se ou se beneficiando de uma ou outra forma. Toda essa situação criada é de responsabilidade nacional, e sem isso ela não poderá ser resolvida.

Daí é que você coloca a questão da necessidade de elevar o Espírito Santo a nível de contribuir para a política cultural do país.

— É a última oportunidade que a gente tem para isso. Você pode retomar o processo cultural brasileiro em qualquer Estado, como Minas, Bahia, que possuem elementos artísticos. Mas não se tem a possibilidade de dar a maior contribuição, a mais imediata e a mais autêntica, como no Espírito Santo, porque aqui esses elementos estão próximos, estão vivos. Esse trabalho só pode ser feito agora, enquanto esses grupos étnicos, essas culturas ainda estão vivas, ainda estão presentes e podem ser constatadas de forma direta e não por via de estudos que sempre trazem consigo elementos externos, não permitindo uma avaliação mais próxima da realidade. O desafio está aí, em aceitar o momento em que vive o Estado e a partir daí ganhar toda a contribuição que pode ser dada. Nenhum outro Estado pode oferecer essas condições. Em outras regiões do país, os processos já se deram e estão numa reprodução de outros processos que foram gerados pelas situações anteriores, de choques anteriores de cultura.

Em um debate promovido por um jornal capixaba você colocou uma preocupação: a necessidade de os artistas terem uma participação mais próxima da população, das crianças nas escolas. Quer dizer, o artista não deve estar preocupado apenas com a produção, mas também com a educação.

— Essa preocupação é grande; há necessidade de se estabelecer diretrizes políticas para isso, isto é, estabelecer uma relação próxima da arte no processo cultural das escolas. O simples fato de se levar a arte nas escolas é um fato importante que valoriza o artista, abre um mercado de trabalho para ele, que permite o seu crescimento.

— Agora, é preciso que o artista nesse seu contato com crianças não imponha valores desvinculados da sua realidade. Quer dizer, o artista deve romper a simples função da informação e esteja representando valores legítimos da comunidade. É uma coisa que tem que ser buscada; é preciso discutir a relação da alienação cultural geral, da colonização cultural que nós sofremos permanentemente.

— Nesse debate com os artistas capixabas coloquei uma outra questão: não adianta o DEC ficar lutando pela abertura de espaços para a apresentação de grupos de Vitória nas cidades do interior, porque estaríamos simplesmente reproduzindo um processo de massificação que vem de fora do Estado para cá. A nossa preocupação é no sentido de fazer um outro processo anterior a esse; que pode ser resumido da seguinte maneira: da vila, para o distrito, do distrito para o município, do município para a capital, da capital para as capitais mais fortes economicamente e de maior influência cultural no país. Isto seria um processo de valorização e não de desvalorização, um processo de regionalização e não de achatamento cultural, de sustentação de um padrão já estabelecido, permanente, no país. As pessoas criticam essa situação de colonialismo, mas na prática acabam levando a mesma proposta, e esse processo vai se reproduzindo sistematicamente. Trazer para cá um grupo musical consagrado é importante, mas não é tudo, é uma das atividades no sentido de oxigenar grupos que estão se formando aqui para se estabelecer uma relação de diálogo entre eles. Mas esta não pode ser a função única do DEC, pois ele tem responsabilidades maiores com a comunidade onde está inserido, no sentido de lutar contra o processo de massificação cultural.

BRASIL: VICE-PRESIDENTE DO COMITÊ DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO

Apesar de ser membro há apenas um ano (foi eleito na Conferência Geral realizada em Belgrado, ano passado), o Brasil, através de seu representante, professor Aloísio Magalhães, Secretário da Cultura, foi eleito Vice-Presidente do Comitê do Patrimônio Mundial, órgão da UNESCO. Este ano a reunião do Comitê foi em Sidney, Austrália e, como de hábito, o representante do país hospedeiro é eleito Presidente.

A Diretoria do Comitê, composta de cinco membros, mais um Relator, escolhidos entre os representantes dos 21 países membros, é eleita a cada reunião anual, para dirigir os trabalhos desta mesma reunião e toda a atividade do organismo durante o ano até a reunião seguinte. O encontro de 1982 será no Paquistão, por decisão do Comitê que aceitou a oferta do Governo deste país.

Durante o encontro de Sidney ficou evidente um crescente interesse por parte dos membros do Comitê, bem como dos órgãos que o assessoram, de que o Brasil venha a sediar uma das próximas reuniões anuais. Lembrou-se, inclusive, que nunca houve uma dessas reuniões na América Latina. Os mencionados órgãos assessores são o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), o Centro Internacional para Conservação em Roma e a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

APERFEIÇOAR CRITÉRIOS

Um dos pontos principais da reunião deste ano foram os debates em torno da questão de se aperfeiçoar os critérios do Comitê para avaliar e decidir a inserção de monumentos nacionais na lista do patrimônio mundial.

A necessidade deste aperfeiçoamento decorre do fato de o Comitê ser um órgão relativamente recente: a Convenção Internacional para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural foi aprovada pelos Estados membros da UNESCO na Conferência Geral de 1972; o Comitê, decorrente desta Convenção, só foi implantado em 1975 e apenas em 1977 teve sua primeira reunião anual aprovando os primeiros inscritos na lista.

Com este tempo de vida, agora é que o Comitê está podendo rever os critérios até então adotados para inclusão na lista, através da análise dos monumentos e sítios nela já incluídos e diante dos pedidos que os países têm feito.

A questão é complexa, como se pode deduzir do seguinte exemplo: se uma catedral gótica de determinado país europeu é inscrita, todas as demais também deveriam sê-lo ou se deveria adotar critérios de exemplaridade por épocas ou estilos e assim por diante?

De qualquer forma chegou-se em Sidney à conclusão de que os países devem realizar inventários prévios dos bens passíveis de uma análise por parte do Comitê, a fim de que se possa julgar propostas dentro de uma visão de conjunto.

De sua parte, o Brasil tem os compromissos de apresentar, para a reunião de 1982, a proposta do núcleo histórico de Olinda, (PE), bem como este inventário prévio, tarefa esta que assumiu com grande ênfase.

NOVOS MONUMENTOS MUNDIAIS

Na reunião de Sidney foram inscritos mais 26 bens na lista do Patrimônio Mundial, localizados nos seguintes países: Argentina (1), Austrália (3), Canadá (2), República Federal da Alemanha (2), França (6), Guatemala (1), Guiné (1), Marrocos (1), Paquistão (2), Panamá (1), Senegal (2), Tanzânia (2) e Estados Unidos (2).

Até agora 59 países aderiram à Convenção e a lista do patrimônio mundial, exceto os 26 novos incritos, apresentava 85 lugares localizados em 28 países. Esta lista aumentará à medida em que novos países ratifiquem a Convenção e novos lugares sejam propostos ao Comitê.



Arquivo SPHAN

SÃO CRISTÓVÃO TEM DE VOLTA CONVENTO DE SÃO FRANCISCO RESTAURADO

A comunidade de São Cristóvão (SE) recebeu de volta, no dia 23 de outubro passado, o Convento de São Francisco e Ordem Terceira totalmente restaurado, juntamente com peças do acervo do Museu de Arte Sacra, instalado nas dependências do Convento. A solenidade de entrega dos bens ocorreu no âmbito do X Festival de Arte de São Cristóvão, patrocinado, anualmente, pela Universidade Federal de Sergipe, com o apoio do Governo do Estado e órgãos culturais do Ministério da Educação e Cultura.

As obras de restauração do Con-

vento, que duraram três anos e absorveram cerca de Cr$ 22.000.000,00, foram executadas, através de convênio, pelo Departamento de Edificações Públicas, sob a supervisão da Empresa Sergipana de Turismo – EMSETUR e da SPHAN/Pró-Memória, via Programa de Cidades Históricas. A Arquidiocese de Aracaju pretende utilizar as dependências do imóvel como centro de treinamento e para a realização de cursilhos. Os trabalhos de recuperação das peças do Museu Sacro foram realizados pela EMSETUR; o acervo destaca-se por possuir peças de várias épocas, sendo as mais antigas datadas dos séculos XVII e XVIII.

O FESTIVAL/A CIDADE

Anualmente, a cidade de São Cristóvão transforma-se no centro cultural do Estado, com a realização do Festival de Arte. A programação variada inclui música erudita e popular, teatro, dança, balé, exposição de artesanato, folclore, salão de artes plásticas e literatura, exibição de ginástica rítmica, seminário sobre cinema e curso de história da arte.

Este ano, o Festival contou com a participação de 33 grupos musicais, 22 de dança e 8 de teatro, totalizando 61 espetáculos durante a sua realização. Esses grupos vieram de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Alagoas, Paraná, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Goiás, Maranhão, Acre, Paraíba e Sergipe.

Durante o Festival, a cidade, de 11.720 habitantes, se abre para os visitantes, recebendo durante os três dias do evento 35.000 pessoas, em média.

São Cristóvão é a quarta cidade mais antiga do Brasil, antecedida apenas por Salvador, Rio de Janeiro e João Pessoa. A cidade foi elevada à categoria de Monumento Histórico pelo Decreto-Lei Estadual nº 94, de 22 de junho de 1938, e teve tombado o seu acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico.

A cidade foi fundada em 1 de janeiro de 1590 por Cristóvão de Barros, então Governador Geral interino do Brasil, em cumprimento a uma ordem do rei Felipe II de Espanha e I de Portugal, visando assegurar a conquista das terras acima do rio Real da Praia. O arraial foi transferido várias vezes, em busca de maior segurança, até que, no primeiro decênio do século XVII, São Cristóvão fixou-se no local onde se encontra nos dias de hoje, próxima ao rio Paramopama.

Em 1820, com a independência de Sergipe, São Cristóvão passou a sediar a administração da Capitania e, mais tarde, até 17 de março de 1855, da Província de Sergipe, quando motivos economicos obrigaram a transferência da capital para as praias de Aracaju.

CATÁLOGO VAI REGISTRAR FILMES SOBRE BENS CULTURAIS

Com o objetivo primordial de atender a usuários potenciais de filmes sobre bens culturais, o Programa de Comunicação da SPHAN/Pró-Memória está elaborando um "Catálogo de Filmes" com todas as informações necessárias àqueles que desejam obter um filme, seja por empréstimo ou aluguel. A iniciativa pretende ir de encontro às necessidades das universidades, escolas, comunidades de bairros, núcleos históricos, etc.

Sem nenhum caráter técnico de conhecimentos cinematográficos, as fichas do catálogo registrarão o que existe na cinematografia acerca de bens culturais, procurando unicamente informar o que existe, sobre o que existe, em que estado se encontra e onde se pode obter o material a respeito do assunto. A SPHAN/Pró-Memória busca com esse trabalho democratizar as informações, facilitando desta forma a comunicação entre usuário e produtor.

A discussão do que vem a ser o "bem cultural" pode ser da mais profícua à mais cansativa. Procurando atingir a maioria dos significados que vem sendo dado ao termo, o catálogo arrola aqueles que mais se enfatizam como tal. Assim sendo, considera: *Patrimônio Ambiental* – ambientes naturais, intervenções na paisagem e suas conseqüências; *Patrimônio Arquitetônico* – cidades históricas e sítios históricos; *Patrimônio Artístico* – bens consagrados ou não; *Tecnologias Patrimoniais* – processos técnicos de domínio público, culinária e produção artesanal; *Festas e Ritos* – comemorações, celebrações de natureza religiosa e profana e festas folclóricas; *História* – documentação de períodos, fatos históricos, divulgação de documentos e biografias de personagens históricos (consagrados ou não).

O catálogo não pretende esgotar o que existe registrado nesse sentido em todo o país. Por outro lado, utilizará, enquanto fornecedor de informações, a sistemática que muitas Embaixadas possuem para divulgar suas obras. Os responsáveis pela elaboração do catálogo estão mantendo contatos com produtores de um modo geral, cinematecas, fundações, entidades ligadas ao meio cinematográfico.

Para que o catálogo atinja seu objetivo, o de atender a possíveis usuários, a equipe responsável pela sua elaboração faz um apelo aos produtores, especialmente, para que enviem informações acerca do material cinematográfico sobre "bem cultural" que, por ventura, possuem ou têm conhecimento.



Arquivo/Mário de Andrade

Ruínas da Fazenda Morumbi (SP), 1937.



Arquivo SPHAN

COMUNIDADE UNIDA EM DEFESA DE ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

Milhares de pessoas estiveram presentes na grande festa popular denominada "Um dia na Estação", ocorrida no último dia 25 de outubro, na antiga Estação Ferroviária de Montenegro, no Rio Grande do Sul. A festa, organizada pela Comissão em Defesa do Patrimônio de Montenegro, com o apoio da Rede Ferroviária Federal, foi mais um passo no sentido de sensibilizar a população, autoridades e todo o povo gaúcho, para a importância e a necessidade de preservação e reutilização do acervo da Estação (SPHAN nº 13, pág. 16).

Além de conscientizar a comunidade para a importância da preservação do patrimônio, o movimento visa conseguir a área de cinco hectares da Estação, para a construção de um centro social urbano, a partir do projeto desenvolvido pelo arquiteto Pedro Ernesto Buhler. O projeto prevê, além da conservação dos prédios – hoje em deterioração –, o aproveitamento dos cinco hectares para o centro social. No prédio principal ficará o Museu Municipal; para os espaços vazios, em torno do prédio, foram projetados um parque esportivo, dois "playgrounds" e área para churrasqueiras. O prédio do armazém poderá ser utilizado para atividades comunitárias, quermesses e reuniões sociais. Os escritórios deverão servir para a administração do centro e recreação interna.

Embora encontrando dificuldades no início, o projeto de Buhler já conta com mais de duas mil adesões em abaixo-assinado, e o apoio da comunidade presente à festa, da qual constaram uma celebração ecumênica, quermesse, exposição da proposta arquitetônica de reaproveitamento da Estação, de pinturas e artesanato.

O projeto esbarra na falta de verbas alegada pelo Prefeito Ivan Zimmer. Segundo Buhler, a Viação Férrea cederá a área, desde que a Prefeitura a compre ou se disponha a oferecer outro terreno em troca. Os líderes do movimento não pretendem onerar o Município e, como alternativa, pretendem encaminhar o abaixo-assinado a diversos órgãos assistenciais do Governo, com o objetivo de incluir Montenegro no Programa de Centros Sociais Urbanos. "Muitas cidades de menor porte já conseguiram. Temos esperança que a nossa seja beneficiada, desde que haja empenho da comunidade", diz Buhler. Apoio não falta ao movimento: a Câmara Municipal constituiu uma comissão permanente para acompanhar o projeto e diversas entidades se manifestaram a favor.

Ao que tudo indica, somente a mobilização dos moradores de Montenegro poderá garantir a transformação da velha Estação em centro de lazer e cultura. Embora o Superintendente Regional da Viação Férrea, Paulo Nunes Leal, afirme que recebe com simpatia a idéia da comunidade, diz ser impossível a doação da área, por ser o órgão uma Sociedade Anônima. Por sua vez, a população de Montenegro engajada no movimento afirma que a doação é perfeitamente possível pelo Decreto 62.630, de 30 de abril de 1968, baixado pelo Ministério dos Transportes. Leal acha que o ideal seria encontrar um meio que pudesse satisfazer a ambos os lados. "Existe um interesse da Rede em preservar seus prédios. Mas somos uma Sociedade Anônima e não podemos, portanto, doar o nosso patrimônio. Podemos, sim, trocar ou vender. Mas uma doação é impossível", explica o Superintendente.

Além desse impasse, existe um outro motivo de preocupação para os que apoiam o movimento. Segundo Leal, a Rede está colocando à venda várias de suas estações de trens e outras propriedades. Entre elas estaria a de Montenegro, não fosse a mobilização de seus habitantes. "Nós só não a colocamos à venda porque temos interesse na preservação do local. Estamos aguardando uma solução; porém se esta não vier, teremos que vender a área". A Prefeitura vai insistir na doação, baseando-se no Decreto do Ministério dos Transportes. "Não temos dinheiro para comprar o terreno", alega Zimmer, "por isso precisamos garantir a doação da área".

No entender do arquiteto Buhler, a mobilização da comunidade de Montenegro vai surtir os efeitos esperados. "Nós estamos em uma iniciativa pioneira em todo o Brasil. A população está mobilizada na preservação de um monumento histórico, fazendo de tudo para que ele seja conservado. Esta tomada de posição significa que os habitantes estão começando a participar do planejamento urbano de sua cidade".

Montenegro, que atualmente conta com 50 mil habitantes, poderá ter a população triplicada com a implantação do III Pólo Petroquímico. Embora o parque industrial esteja no Município de Triunfo, a área residencial ficará em Montenegro. A comunidade acredita que, com o aumento da população, a cidade não terá condições de atender as necessidades de lazer que o novo contingente vai exigir. Um centro social urbano, conforme o pretendido, poderá suprir esta deficiência, no entender dos participantes do movimento.

OURO PRETO COMEMORA A XIV SEMANA DO ALEIJADINHO

A XIV Semana do Aleijadinho, de 13 a 21 de novembro passado, foi marcada pelo primeiro resultado concreto de um novo núcleo de criatividade emergente em Ouro Preto. A programação gráfica do evento – cartaz, convite, volantes, catálogos e programas de recitais – foi criada e impressa na **gráfica** "Ouro Preto", a única hoje existente na cidade, com a utilização de tipos antigos e velhas técnicas recuperadas dentro de uma nova perspectiva.

A idéia surgiu do encontro dos artistas gráficos Fernando Tavares e Mário Drumond, da Oficina Goeldi, de Belo Horizonte, com o poeta ouro-pretano Guilherme Mansur Barbosa, um dos fundadores e diretores da publicação de vanguarda "Poesia Livre". Editando na **gráfica** "Ouro Preto" poesia em cartelas enfeixadas num saquinho de papel (tipo embalagem de pão), "Poesia Livre" está no décimo número e obterve repercussão nacional. Caracterizou, assim, uma proposta cultural para a única oficina gráfica em funcionamento na cidade, que passou a ser vista como um bem cultural a ser devidamente valorizado.

O trabalho de Fernando Tavares e Mário Drumond em Diamantina, no último Festival de Inverno, inaugurando caminhos para a velha e maravilhosa gráfica "A Estrela Polar", fundada no início do século pela Arquidiocese diamantinense, sugeriu e fundamentou uma ação semelhante na **gráfica** "Ouro Preto", redimensionando as possibilidades pressentidas através de "Poesia Livre".

Por encomenda da Secretaria de Turismo e Cultura de Ouro Preto, Guilherme, Fernando e Mário, produziram, então, a programação gráfica da XIV Semana do Aleijadinho, além de um cartaz, a "Carta de Ouro Preto", com gravura de Carlos Scliar, a quatro cores, e poema de Guilherme Mansur Barbosa. Com o casario gravado por Scliar jogando com a reconstituição geográfica da cidade, do Taquaral às Calçadas, no espaço poético de Guilherme Mansur, a "Carta de Ouro Preto" foi lançada na Secretaria de Turismo e Cultura, no quadro da Semana, enquanto novos projetos já envolvem artistas locais e poetas, visando à produção de gravuras e textos pelo mesmo sistema.

A SEMANA

Antônio Francisco Lisboa morreu no dia 18 de novembro de 1814, conforme registro de óbito que pode ser lido na Sala do Consistório da Igreja de São Francisco de Assis, integrante do Museu Aleijadinho. Ele está enterrado junto ao altar de Nossa Senhora da Boa Morte, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, onde, há quatorze anos, são realizadas anualmente solenidades em homenagem ao grande artista, sob o patrocínio da Prefeitura de Ouro Preto e Museu Aleijadinho.

Este ano, o orador oficial, no **dia 15, foi o Deputado Federal Paulino** Cícero de Vasconcelos, autor do projeto de lei que tornou o Aleijadinho patrono da arte brasileira. Personalidades foram agraciadas com a Medalha do Aleijadinho e três exposições abriram-se na ocasião: a mostra didática sobre a obra do mestre; a nova montagem da Sala da Sacristia da Matriz; e "Cenas de Ouro Preto", com fotos de "Pardal", fotógrafo, artesão, ator e radialista da cidade.

Recitais de piano, violão e harpa e flauta, exposição de escultores locais, mostra de fotografias de Ouro Preto em 1918 **e** 1981, comparando dois tempos da cidade, a estréia do coral da Escola de Música de Ouro Preto e outros eventos movimentaram a cidade e assinalaram, mais uma vez, com manifestações de arte, o respeito e a admiração dos ouro-pretanos pelo Aleijadinho.



Arquivo SPHAN

NOS TALÕES DE CHEQUES, O REGISTRO DA MEMÓRIA CULTURAL

O Banco Itaú acaba de lançar a coleção "Portas e Janelas da Arquitetura Brasileira", uma série fotográfica que ilustra as capas dos talões de cheques de seus clientes. O trabalho dá continuidade ao programa lançado pela instituição com o objetivo de registrar os valores culturais nacionais e suas inúmeras manifestações.

Outras séries já foram lançadas, utilizando objetos e temas da cultura nacional, como as fotografias de Maureen Bisilliat sobre usos e costumes indígenas, e as peças de artesanato, provindas das mais remotas regiões do território brasileiro.

Durante esta nova fase em que o Itaú destaca elementos específicos da arquitetura brasileira, serão lançadas 32 capas diferentes, após o que novas séries virão, sempre com a preocupação voltada para o registro de imagens diversas do acervo cultural do país.

Dentro da mesma linha do Banco Itaú, o BANDEPE – Banco de Desenvolvimento de Pernambuco vem ilustrando as capas de seus talões de cheques com monumentos representativos do patrimônio histórico-cultural do Estado.



Arquivo SPHAN

Novembro/Dezembro 1981

SPHAN 15
*pró*Memória

CADEIA DE MOSSORÓ (RN) VAI ABRIGAR MUSEU E BIBLIOTECA MUNICIPAL

A Fundação Nacional **Pró-Memória**, a Prefeitura Municipal de Mossoró e a Fundação José Augusto do Governo do Estado do Rio Grande do Norte assinaram convênio, com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC, visando a alocação de recursos financeiros para o projeto de restauração da Cadeia Pública de Mossoró, que vai abrigar as instalações da Biblioteca Pública Municipal e Museu Regional. O convênio tem prazo de vigência de 10 anos e envolve recursos da ordem de Cr$ 20.300.000,00. O projeto é da autoria da **Fundação** José Augusto, aprovado pelo Programa de Cidades Históricas da SPHAN/Pró-Memória.

A Cadeia Pública de Mossoró teve sua construção iniciada em 1879, pelo Presidente da Comissão de Socorros Públicos, Manoel Hemeterio Raposo de Melo, então Juiz Municipal. Foi inaugurada em 8 de abril de 1880, quando o administrador das obras, Astério de Souza Pinto, fez a entrega do prédio ao Coronel Francisco Gurgel de Oliveira, Presidente da Intendência, que ali instalou a Câmara Municipal.

Constituído de dois pavimentos, o prédio tinha no andar térreo, além de porões e celas, alojamento para o corpo da guarda. No andar superior, ficou instalada a Câmara Municipal.

Dois fatos históricos, que marcam o pioneirismo do povo de Mossoró, ocorreram na Câmara Municipal, quando instalada no prédio da Cadeia Pública. O primeiro foi no dia 30 de setembro de 1883, por ocasião da abolição da escravatura no Município de Mossoró, decretada pela Sociedade Libertadora Mossoroense. O segundo fato ocorreu nas eleições do dia 5 de abril de 1928, quando D. Celina Guimarães Vianna votou pela primeira vez, sendo a primeira mulher, na América do Sul, a solicitar sua inscrição no registro eleitoral, pedido deferido a 25 de novembro de 1927.

SOLAR ANTUNES

Restaurado em 1978, o Solar Antunes é um dos mais expressivos monumentos do Rio Grande do Norte, exemplo típico da residência urbana das classes abastadas do ciclo açucareiro. O Solar está situado em Ceará-Mirim, onde os velhos engenhos são marco da aristrocacia rural que floresceu com o ciclo da cana-de-açúcar, ao tempo das famílias patriarcais, bem representativas da cultura açucareira.



Em Ceará-Mirim, o Solar dos Antunes, um dos mais significativos monumentos potiguares, marca a aristocracia rural, na época da cultura açucareira.

O Solar dos Antunes foi construído em 1888 pelo Tenente-Coronel da Guarda Nacional, José Antunes de Oliveira, senhor do Engenho Oiteiro. **Ali teve sua infância o poeta Juvenal** Antunes, nascido em 1883, filho do proprietário. Falecendo o Coronel, fica a viúva, D. Joana Soares Antunes de Oliveira, como senhora. Esta, em 1947, deixa-o de herança ao bacharel e poeta Juvenal Antunes Neto, que o vendeu ao sobrinho Ruy Antunes Pereira. Atualmente, o imóvel pertence à Prefeitura de Ceará-Mirim, doado pelo filho de Ruy Pereira.

Entre os mais famosos engenhos surgidos no Estado durante o ciclo da cana-de-açúcar, o de Guaporé apresenta como principal monumento a Casa Grande, construída em meados do século XIX e restaurada em 1979. Ao lado dos engenhos do Mucuripe, Timbó e Verde-Nasce, o Guaporé marcou o desenvolvimento de Ceará-Mirim.

MUSEUS, BIBLIOTECA NACIONAL E INL TÊM REGIMENTOS MANTIDOS

O Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, Aloísio Magalhães, no uso de suas atribuições, assinou, em novembro último, portaria que mantém em vigor os Regimentos Internos vigentes na data da subordinação ou vinculação anterior à Pró-Memória, bem como todas as instruções de serviço existentes, na Biblioteca Nacional, no Instituto Nacional do Livro, no Museu Histórico Nacional, no Museu Imperial, no Museu Nacional de Belas Artes, no Museu da República e no Museu Villa-Lobos até a aprovação dos novos Regimentos Internos e instruções de serviço.

Em outra portaria, também assinada em novembro, Aloísio Magalhães nomeou Alcídio Mafra de Souza para o cargo de Diretor do Museu Nacional de Belas Artes.

INAUGURADO EM SALVADOR O MUSEU ABELARDO RODRIGUES

O Dia da Cultura (5 de novembro) foi comemorado em Salvador com a inauguração, no andar nobre do Solar Ferrão, do Museu Abelardo Rodrigues, que reúne o acervo coletado ao longo de mais de 40 anos pelo colecionador pernambucano, homenageado com a escolha de seu nome para o Museu.

Na solenidade de inauguração, o Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, ressaltou o valor do trabalho de Abelardo Rodrigues, afirmando que o colecionador "desejava que ninguém fosse dono do acervo que reuniu, mas que todo o país visse o esforço do seu trabalho, a beleza do esteta, enfim o trabalho diuturno de quem se dedicou a fazer um acervo que é sem dúvida o maior do Brasil". Admitiu para o Museu a vocação de centro de estudos de arte sacra brasileira.

Houve dificuldades para a criação do Museu em Salvador. Para fazê-lo gastou-se cerca de oito anos. Hoje as 762 peças estão bem cuidadas, muitas expostas e outras guardadas no andar nobre do Solar Ferrão, construção do século XVII, incrustada no sítio histórico do Pelourinho e recentemente restaurada com recursos financeiros da SPHAN/Pró-Memória.

A primeira dificuldade enfrentada foi a atitude do Governador pernambucano Eraldo Gueiros que desapropriou a coleção, considerando-a de "utilidade pública", após o Governo



Arquivo SPHAN

da Bahia tê-la adquirido. O caso acabou sendo julgado no Supremo Tribunal Federal que deu ganho de causa à Bahia por considerar que "um Estado não pode expropriar bens de outro Estado, porque fere o princípio da harmonia federativa".

O litígio durou mais de dois anos. A coleção, que fora comprada em agosto de 1973, só chegou a Salvador em outubro de 1975, ficando depositada até meados deste ano no Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia. Quando enfim chegou ao Solar Ferrão foi submetida a cuidadoso exame e rigorosa limpeza. Com base nos diagnósticos, o Centro de Restauração de Bens Móveis do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia procederá ao restauro de várias peças atacadas por xilófagos e com problemas na pintura.

O Museu reúne grande quantidade de imagens, vários oratórios e alguns quadros dos séculos XVII, XVIII e XIX. O colecionador adquiriu as peças em leilões e até de modo inusitado, como lembrou sua filha Márcia Rodrigues Barbosa: certa vez, ele trocou seu jipe pelo grande crucifixo exposto na mostra inaugural.

A montagem do Museu foi feita pela artista Jacyra Osvald. Para o MAR, ela desenhou luminárias especiais, dispostas em linha horizontal e paralela ao forro; utilizou grande quantidade de blindex justapostos sem auxílio de estrutura metálica e prateleiras perpendiculares às paredes. A montagem foi criada para agrupar conjuntos temáticos – santos fundadores e evangelistas, santos de devoção tradicional, crucifixos, mártires e penitentes, santos de roca, madonas e sua invocações, oratórios de características bem diversas, das populares às formas mais elaboradas.

O Museu é administrado e seu acervo conservado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. As peças, no entanto, integram o patrimônio da Fundação Cultural do Estado, órgão que cedeu o museólogo Osvaldo Gouveia, que agora a elas se dedica.

ESTADOS APOIAM DIRETRIZES PARA A POLÍTICA CULTURAL

O documento "Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC" (SPHAN nº 14, pág. 7), apresentado pela Secretaria da Cultura nos vários encontros regionais promovidos pelo MEC, em setembro e outubro passados, obteve o apoio generalizado das diversas unidades federadas representadas. Da discussão realizada no encontro de Manaus, que congregou elementos dos Estados e Territórios das regiões Norte e Centro-Oeste, resultou a formação de um grupo denominado Pacto Cultural da Amazônia, enquanto mecanismo de articulação regional para difusão e ampliação dos princípios conceituais e diretrizes da política cultural do MEC junto aos diversos segmentos das várias comunidades que vivem a realidade amazônica.

A consolidação do Pacto da Amazônia se faz necessária enquanto mecanismo que garanta a operacionalização da política cultural da região. O documento da SEC foi endossado também nos encontros de Teresina (Nordeste) e Belo Horizonte (Centro-Sul), dos quais resultaram grupos institucionais com objetivos semelhantes aos do Pacto.

É porém o trabalho articulado nas regiões Norte e Centro-Oeste o que está mais amadurecido, tendo havido já uma primeira reunião do Pacto Cultural da Amazônia, em Brasília, no dia 5 de novembro último, que programou um segundo encontro, a ser realizado em dezembro, em Cuiabá

LIVROS E TESES

CURRAN, J. Mark. Jorge Amado e a Literatura de Cordel. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

Este volume reinicia a série de estudos sobre literatura popular, da Fundação Casa de Rui Barbosa. Parte da consideração de que as idéias e a estética do povo são a verdadeira base temática e estética da obra de Jorge Amado, e procura demonstrar a presença marcante da literatura de cordel na sua obra, como invenção popular, recriada pelo escritor.

Primeiramente são resumidos e comentados estudos recentes de Táti, Turner, Vicent, Baden, Slater, Chamberlain sobre a utilização da poesia popular como base da narração e estilo de Jorge Amado. Depois é feita análise dessa influência em três romances: *Os Pastores da Noite, Tenda dos Milagres* e *Tereza Batista Cansada de Guerra*, verificando-se, nos temas, personagens, ambiente, estrutura e estilo, clara relação com a literatura popular do Nordeste. Os cantadores de feira e o "romancista do povo" aproximam-se pela criação de grandes heróis e grandes amores, pela retratação da miséria e da alegria das populações mais humildes, pela expressão da sua poesia – a poesia da vida.

GAMA, Oscar. História do Teatro Capixaba: 395 anos. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida/Fundação Cultural do Espírito Santo, 1981.

Dividindo o teatro capixaba em três fases – colonialista, familiar – comunitária e semiprofissional – o autor apresenta um amplo e detalhado quadro da história teatral do Espírito Santo, de José Anchieta aos representantes dos dias de hoje. Em cada uma das fases, o poeta e teatrólogo Oscar Gama analisa as suas principais características e os seus representantes.

A publicação integra a coleção "Estudos Capixabas". A princípio, o texto começou a ser publicado pelo jornal "A Gazeta", em janeiro de 1981, despertando o interesse da Fundação Cultural do Espírito Santo, que decidiu publicá-lo através do convênio que mantinha com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida e Universidade Federal do Espírito Santo.

Segundo o autor, o trabalho é um esforço intelectual no sentido de fornecer dados a respeito do passado cênico capixaba, "para que este passado, não se perdendo, origine raízes que fixem o presente de maneira mais sólida". Para atingir seu objetivo, Oscar Gama estabeleceu o que deveria ser preferencialmente pesquisado, baseando a escolha em sua própria experiência de teatrólogo, na bibliografia existente sobre o assunto e em depoimentos gravados ou escritos de pessoas ligadas ao meio teatral do Espírito Santo.

ARTE POPULAR NA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE. Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1981.

Com este trabalho a Universidade Católica de Minas Gerais torna público o resultado de uma pesquisa, realizada em convênio com o Conselho Estadual de Cultura, que registra migrantes mineiros residentes na capital e que têm participação ativa em manifestações artísticas ligadas à cultura popular.

Idealizada com o objetivo básico de localizar artistas migrantes radicados na periferia de Belo Horizonte e conhecer as suas formas de expressão, abrindo com isso o caminho para trabalhos melhor estruturados e mais consistentes na defesa das tradições artísticas de gente mineira no processo cultural vivido em Belo Horizonte, a pesquisa teve seus trabalhos de campo realizados de setembro a dezembro de 1980, abrangendo 37 bairros.

Foram localizados 105 artistas, aproveitando-se 66 deles, oriundos do interior de Minas Gerais, para o desenvolvimento da pesquisa. Os demais, 21 naturais de Belo Horizonte, 15 de outros Estados e 3 de outros países, não foram incluídos por não serem migrantes mineiros.

A pesquisa não pretende ser um trabalho ortodoxo (uma análise profunda dos dados registrados); pelo contrário, observa-se uma falta de inteireza erudita. Há certa diferença na estruturação dos capítulos, alguns reflexivos, outros com maior qualidade de dados.

Assim esta pesquisa se encontra limitada, tanto em análise, como em metodologia, no espírito cientificamente desejado. Talvez uma tentativa de buscar algo fora dos padrões estritamente acadêmicos, sem, no entanto, desligar-se.

A falta de alternativas metodológicas em experiência na mesma área dificulta o desenvolvimento do trabalho, e cria receio quanto ao que se faz. Porém, existe a certeza de que a mesma é um ponto de partida. Os dados com análises mais extensas foram tidos como fundamentais no presente trabalho.

Foi com a participação do artista na pesquisa de campo que se decidiu pela aplicação de questionários e entrevistas. Fez-se um questionário composto de duas partes: uma primeira, ampla, para os trabalhos individuais e grupais; a segunda, restrita, para os trabalhos grupais.

A pesquisa se divide em oito capítulos. As questões discutidas se sustentam nas falas dos artistas. Em síntese: situação econômica, as duas profissões, o salário, jornada de trabalho que o artista cumpre, a propriedade em que vive; as condições em que produz arte, os instrumentos que possui, a matéria-prima que utiliza e como consegue; a mensagem de seu trabalho, o que ele idealiza, a realidade que vive, como ele a representa; os trabalhos grupais, que são produzidos com o valor de uso, ou seja, para consumo próprio e da comunidade, a identificação do trabalho e o valor de uso e troca; o trabalho artístico como instrumento conciliador de conflitos, como denunciador das contradições, como meio de comunicação dos subalternos; a venda da obra, o valor de uso/troca no mercado, a comercialização, o intermediário que não deixa assinar a obra, organização do mercado da arte;

apoio recebido, apoio desejado, as entidades que existem são conhecidas e reconhecidas? Como o artista percebe estas questões; os destinos da arte popular na consciência dos que produzem e dos que inspiram a produção; a contradição entre produção e consumo, afinal, o destino da arte e os caminhos que ela segue.

Escolheu-se a entrevista pela flexibilidade e proximidade que cria entre pesquisador e artista. O questionário provoca respostas diretas, a entrevista oferece espaço para os que gostam de falar mais, de explicar.

A pesquisa foi realizada sob o patrocínio do Conselho Estadual de Cultura do Estado de Minas Gerais e editada com o apoio da FUNARTE, através do Projeto-Universidade.

POEL, Francisco van der. O Rosário dos Homens Pretos: edição comemorativa do centenário da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Araçuaí (MG). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1981.

Segundo o autor, o livro pretende dar uma contribuição nova para o estudo da cultura negra no Brasil e devolver ao povo de Araçuaí a sua própria cultura. A publicação é resultado de pesquisa sobre a Festa do Rosário dos Homens Pretos naquela cidade situada no centro do Vale do Jequitinhonha, no Nordeste mineiro.

O título "O Rosário dos Homens Pretos" foi escolhido porque caracteriza bem o assunto. "O rosário é uma oração cristã, que depois de ter vindo da Europa se tornou também rosário dos homens pretos (. . .)"

O livro é dividido em seis capítulos. No primeiro, estão informações geográficas, históricas, sociais e culturais sobre Araçuaí; o segundo mostra a fé do povo em Nossa Senhora e suas manifestações populares; no terceiro é apresentada a devoção do rosário, sua história e manifestações populares; o quarto capítulo, o maior do livro, apresenta os Homens Pretos e sua cultura local; o quinto fala sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Araçuaí, sobre seu Compromisso e sua capela; no sexto e último capítulo é apresentada a Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Os dois últimos capítulos do livro são os mais importantes, pois eles apresentam o próprio assunto: A Irmandade dos Homens Pretos e a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Os outros quatro formam o contexto geográfico, religioso e cultural.

No terceiro capítulo é estudado o lugar mais importante que o Rosário de Nossa Senhora ocupa na religiosidade popular, suas rezas, benditos e superstições. Também é apresentada a história da devoção do rosário. Para tratar da cultura negra no Vale, o autor juntou documentos, histórias, cantos e uma coleção de 534 batuques.

Falando da Irmandade, publicou os textos do Compromisso (1879) e dos Estatutos (1942). Junto com algumas notas hitóricas sobre a Irmandade e seu patrimônio, registrou a lenda popular em que Nossa Senhora, desde o início, aceita a fé dos negros.

CARTAS

PERMISSÃO

"A Federação das Indústrias do Estado do Paraná possui, desde 1975, uma Assessoria de Imprensa e Divulgação que tem sob a sua responsabilidade a **edição de uma revista bi-mensal,** intitulada INDÚSTRIA, a qual, além de publicar noticiário e artigos específicos do interesse da classe empresarial, paralelamente também insere outros de caráter artístico e cultural (. . .) . (. . .) apreciaríamos saber se eventualmente poderíamos utilizar matérias já publicadas por V. Sas., no todo ou em parte, para complementação de pesquisas próprias (. . .)." — Eddy Franciosi — Revista INDÚSTRIA — editor responsável — Curitiba (PR).

NR — Exemplos como o da Revista INDÚSTRIA, que abre espaços para a divulgação de assuntos de caráter cultural, devem ser seguidos. A editoria responsável pelo Boletim SPHAN/Pró-Memória congratula-se com o trabalho da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e não coloca qualquer obstáculo à utilização por sua Assessoria de Imprensa e Divulgação de matérias veiculadas pela publicação.

ACRÉSCIMO

"O Museu do Colégio Mauá, fundado a 20 de setembro de 1966, sente-se no agradável dever de apresentar-lhes os mais sinceros agradecimentos pela gentileza dos amigos, remetendo, regularmente, as publicações "SPHAN/Pró-Memória" (. . .). Tomamos a liberdade de, dentro da seriedade que deve nortear todos os trabalhos de pesquisa, permitir-nos um breve acréscimo ao artigo publico à pág. 25, SPHAN 13. A Redução de Jesus Maria foi localizada pela equipe de pesquisas do Museu do Colégio Mauá, aos 20 de julho de 1969, Missão nº 234, de que participaram Hardy Elmiro Martin, Roberto Steinhaus e Lothar Heuser. Salvo melhor juízo, é imprescindível em qualquer referência a descobertas arqueológicas e históricas, a indicação dos descobridores. Uma vez que a referida publicação não é de responsabilidade da Redação, pedimos escusas a Vossas Senhorias por este pedido de complementação para que os leitores fiquem conhecendo a realidade. Informamos ainda que a quase totalidade do material encontrado no local da Redução está no laboratório do nosso Museu, à disposição das pessoas interessadas em estudar o assunto (. . .)". — Prof. Hardy E. Martin — diretor — Santa Cruz do Sul (RS) — Caixa Postal 68.

Cartas para: Fundação Nacional Pró-Memória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - 70.710 - Brasília - DF. Por motivo de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.